



## **Avaliação dos Programas**





# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Abastecimento Agroalimentar  
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário  
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico  
Desenvolvimento da Avicultura  
Desenvolvimento da Bovideocultura  
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura  
Desenvolvimento da Economia Cafeeira  
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta  
Desenvolvimento da Heveicultura  
Desenvolvimento da Horticultura  
Desenvolvimento da Suideocultura  
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e  
Outras Espécies Vegetais  
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e lantanas Fibrosas  
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro  
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural  
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau  
Gestão da Política Agropecuária  
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura  
Minimização de Riscos no Agronegócio  
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial  
para a Inserção Social  
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade  
e Sustentabilidade do Agronegócio  
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários  
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários  
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram utilizados R\$ 4,2 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir.

<b>Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):</b>	R\$ 5.593.073.395,00	<b>Realizado orçamentário<sup>1</sup>:</b>	R\$ 4.210.696.469,00
<b>Recursos não orçamentários previstos:</b>	-	<b>Realizado não orçamentário:</b>	-
<b>Total previsto:</b>	R\$ 5.593.073.395,00	<b>Total realizado:</b>	R\$ 4.210.696.469,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 211,4 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 168,6 milhões:

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Com clima diversificado, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil pode acrescentar 136 milhões de hectares (ha) em área cultivada sem derrubar uma única árvore da floresta amazônica. Deste total, 106 milhões de ha podem ser plantados sem impactos e 30 milhões de ha com integração lavoura-pecuária e recuperação de pastagens degradadas. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e para todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento em 2005 a serem destacados foram:

- O agronegócio é responsável pela manutenção do superávit da balança comercial brasileira, participando com 30% do PIB de R\$ 508,27 bilhões, 40% das exportações em um total de US\$ 42,1 bilhões, 37% dos 34,3 milhões de empregos, sendo 17,7 milhões somente no campo, contribuindo significativamente para a redução dos índices de desemprego. No período, destacam-se as exportações de soja com US\$ 9 bilhões e carnes com US\$ 7,8 bilhões, sendo que a carne bovina somou US\$ 3 bilhões, o frango US\$ 3,3 bilhões e os suínos em torno de US\$ 1,1 bilhão.
- Os recursos programados para custeio e comercialização da agricultura comercial na safra 2005-2006 somam R\$ 33,2 bilhões, superando em 15,5% o volume programado da safra anterior.
- Alto índice de acerto nas previsões do tempo (85%) contribuiu para minimizar os riscos de perda da produção agrícola decorrente da ação de eventos climáticos do agronegócio.

<sup>1</sup>. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- O país ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de produção e exportação de açúcar, álcool, suco de laranja e café, e o primeiro lugar em exportação de carne bovina, frango, soja e tabaco.
- Manutenção das condições sanitária e industrial nos segmentos produtivos, propiciando maior aceitação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional.
- Aquisição de 335.160,74 toneladas de produtos alimentares, beneficiando 81,2 mil agricultores familiares.
- Geração de 150 novas cultivares, realização de 240 monitoramentos e zoneamentos agropecuários e lançamento de 160 novas metodologias científicas de trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento do agronegócio, em bases sustentáveis, para o planejamento e para o desenvolvimento territorial.
- Incremento de 10% nas exportações FOB das cooperativas, ou seja, de US\$ 2 bilhões em 2004 para US\$ 2,2 bilhões em 2005.
- Conclusão do marco regulatório do Programa de Biodiesel e instalação do Pólo Nacional de Biocombustíveis.
- Criação do Conselho Agropecuário do Sul, foro importante de coordenação de políticas agrícolas da região, com participação dos Ministros de Agricultura da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.
- Melhoria na segurança da gestão e nos mecanismos de combate e prevenção da corrupção, através da coordenação e agilidade aos procedimentos que tratam dos desvios da conduta funcional.
- Formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de 1.413 pessoas.

### ASPECTOS RELEVANTES

O atingimento dos resultados foi prejudicado pelas restrições identificadas a seguir: descompasso entre a programação física e a execução financeira; recursos financeiros liberados de forma inoportuna; dificuldades na formalização de convênios; falta de integração com outros órgãos governamentais no que concerne à fiscalização de produtos agropecuários; carência de Fiscais Federais Agropecuários; ausência de indicadores internos vinculados aos principais processos de trabalho do órgão; integração deficiente entre a estrutura gerencial do PPA e a estrutura funcional do órgão; comunicação interna deficiente.

### RECOMENDAÇÕES

- Melhorar os processos internos para celebração de convênios do Ministério, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Melhorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados, principalmente na Região Norte, e a infra-estrutura de apoio dos órgãos de fiscalização do trânsito estadual e internacional.
- Contratação e capacitação de técnicos e fiscais federais agropecuários.
- Melhorar os instrumentos de coordenação e de gerenciamento do conjunto de programas do PPA.
- Melhorar a estrutura organizacional, o arranjo do setor e a coordenação setorial.
- Melhorar o relacionamento com os beneficiários e a sociedade.

- Melhorar a gestão das informações utilizadas pela coordenação para o gerenciamento setorial.
- Melhorar os processos administrativos do órgão setorial (gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira e gestão de suprimentos).
- Elaborar indicadores de processos finalísticos e de apoio à gestão do órgão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

## ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

### OBJETIVO

Contribuir para a expansão sustentável da produção, por meio da geração de excedentes para a exportação e da atenuação das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais e formar e manter estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

### PÚBLICO-ALVO

Segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 4.168.811.369,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.222.551.368,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.222.551.368,00
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 5.849.941.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> R\$ 8.869.950.931,00

### INDICADOR(ES)

#### 1. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ALGODÃO EM PLUMA

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 32 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 16

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice apurado em 2005 apresentou um aumento em relação a 2004, uma vez que o consumo aparente de algodão em pluma, equivalente a 900 mil t, foi inferior, e o estoque de passagem, 288,5 mil t, superior. Em dezembro de 2005, os estoques públicos representavam 2% do estoque final, ou seja, 4,6 mil t, correspondendo a 1,8 dia de consumo.

#### 2. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ARROZ EM CASCA

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 17 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Em 2005, o consumo de arroz em casca foi de 12,9 milhões t, contra 12,66 milhões t em 2004. Os estoques finais registravam 2.134.550 t, 41,6% a mais que em 2004. O estoque governamental, de 926,9 mil t, representava 43% do total e corresponde a 26 dias de consumo.

**3. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE MILHO**

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 8 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 10

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

O índice apurado em 2005, a partir da relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente, foi de 8%, que, comparado ao ano de 2004, apresentou uma redução de 60%, uma vez que o consumo aumentou em 2,36%, e os estoques de passagem apresentaram uma redução de 57,55%. Os estoques públicos, 1.975.516 t, representam 60% dos estoques finais e correspondem a 18 dias de consumo.

**4. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE TRIGO**

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 12 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Em 2005, o consumo de trigo em grãos foi de 10.333.000 t, apresentando um acréscimo de 1,56% em relação a 2004. Os estoques de passagem registraram um aumento correspondente a 194%.

Os estoques governamentais, 1.050.500 t, representavam 85% do estoque final, correspondendo a 37 dias de consumo.

**5. PRODUÇÃO NACIONAL DE GRÃOS**

**Unidade de medida:** Milhão de tonelada

**Último índice apurado:** 113,5 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 152,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

A produção nacional de grãos da safra 2004/2005 foi de 113,5 milhões t. A previsão à época da elaboração do PPA foi de 138,6 milhões t, tendo sido revista em agosto de 2004 para 131,9 milhões t e, em agosto de 2005, foi revisada para 113,7 milhões t. A redução na produção equivalente a 22% comparativamente a estimativa inicial e decorreu principalmente dos problemas da estiagem ocorrida na região sul, especialmente no Rio Grande Sul, provocando uma quebra de safra notadamente de milho.

## 6. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** -4 em 2005 (estimado)

**Índice previsto ao final do PPA:** 7

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Para 2005, o valor ainda não foi fechado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas, caso se repita o comportamento do último trimestre de 2005, o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário deverá ficar em torno de R\$ 152,6 milhões, representando uma redução equivalente a 4% em relação a 2004, provocada principalmente pela quebra da safra de produtos importantes, como milho, algodão, café, laranja, arroz e fumo.

Outro fator importante que abalou o setor agropecuário foi o surto de febre aftosa, retraindo a produção de carnes suína e bovina.

## 7. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 11 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 8,38

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

No que se refere a 2005, o índice apurado foi de 11%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar foi de 335.161 t (incluindo as compras locais) e as demais aquisições governamentais (AGF e Contrato de Opção de Venda) foi de 2,6 milhões t de diversos produtos agrícolas. Em relação à previsão inicial, houve um aumento bastante significativo, mas certamente inferior ao volume de aquisições demandadas pelo setor.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A agropecuária é uma atividade de risco, sujeita a indefinições climáticas. Além do risco na produção, há também muitas incertezas quanto à comercialização, atingindo mais de perto os segmentos que produzem em menor escala e de forma menos organizada, devido à concorrência dos grandes produtores e criadores e do mercado externo.

A presença do governo é fundamental para: garantir a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e as tensões sociais, além de disponibilizar maior quantidade de alimentos para suprir carência alimentar; contribuir para a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população; e assegurar aos produtores rurais preços mínimos de comercialização.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 2,6 milhões t, sendo 922,8 mil t pelo exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda (345,9 mil t de arroz em casca e 576,8 t de trigo em grãos), e pelas AGFs 1,7 milhão t (4,9 mil t de algodão em pluma, 566,8

mil t de arroz em casca, 637,1 mil t de milho em grãos e 481,4 mil t de trigo em grãos).

- Venda, por meio do sistema eletrônico de comercialização da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de 74,9 mil t de produtos dos estoques públicos.
- Aquisição de 335,2 mil t de produtos, beneficiando 15.445 agricultores.
- Garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos.

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

No contexto geral das ações que integram o programa, o cumprimento das metas físicas ocorreu dentro do esperado, destacando que, das 15 ações finalísticas, 7 (37%) superaram as metas físicas fixadas e 1 (5%) executou 100% do previsto.

No que se refere aos benefícios concedidos aos empregados da CONAB, das 4 ações, 2 cumpriram 97% do programado.

Em relação à ação “Formação dos Estoques Públicos”, a meta física atingiu 65% do programado. Caso a liberação de recursos financeiros pelo Ministério da Fazenda (MF) correspondesse ao montante necessário, certamente a meta teria sido cumprida, principalmente em função da difícil situação de alguns produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como o arroz, milho e trigo, que exigiam uma maior intervenção governamental.

Quanto à concepção do programa, estuda-se a viabilidade/validade de inclusão de 3 ações orçamentárias específicas para o exercício de 2007.

Sugere-se a inclusão da ação “Comercialização da Produção da Agricultura Familiar”, visando ao fortalecimento e conseqüente consolidação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Cabe estatutariamente à CONAB a competência da formação e comercialização de estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.

Propõe-se a ação “Apoio Técnico e Logístico aos Programas e Ações Federais de Segurança Alimentar e Nutricional”, visando a explicitar a atuação da CONAB neste sentido, uma vez que é oficialmente a executora operacional da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Fome Zero), conforme Portaria Interministerial MESA/MAPA nº 183, de 14/04/2003, e também do PAA, por meio dos convênios firmados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e para 2006 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A Portaria MAPA nº 171, de 24/03/2005, instituiu no âmbito da CONAB o “Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT)”, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento do setor, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.

De maneira geral, os recursos orçamentários aprovados para o programa foram suficientes, excetuando algumas ações como, por exemplo, a “Aquisição de Produtos Provenientes da Agricultura Familiar”, cuja demanda é muito maior do que os recursos disponibilizados, tendo inclusive recebido suplementação orçamentária no decorrer do exercício.

No caso específico da ação “Formação dos Estoques Públicos”, a dotação orçamentária é suficiente, mas o aspecto financeiro é inadequado, pois o Tesouro Nacional, em função do espaço fiscal de atuação, impõe limites bastante restritivos à execução. A liberação de recursos no final do exercício limitou o número de atendimentos aos agricultores e, caso tivesse sido realizada no período em que foi feita a solicitação, as intervenções governamentais teriam resultados mais satisfatórios no ciclo baixista de preços de alguns produtos.

Outra ação que necessita de um volume maior de recursos orçamentários/financeiros é a “Administração da Rede Própria de Armazéns”, cuja demanda para atender à aquisição de equipamentos, à reforma e à manutenção da estrutura de armazenagem é sempre superior ao orçamento aprovado.

A ação “Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras” exigia maior dotação para a realização dos cadastramentos e recadastramentos, o que não foi possível, nem mesmo por suplementação orçamentária, cujo processo é bastante moroso e requer, na maioria das vezes, o cancelamento da dotação de outra ação ou aprovação pelo Congresso Nacional, o que normalmente ocorre já no final do exercício, dificultando ou inviabilizando a execução.

No exercício de 2005, a execução orçamentária do programa comportou-se da seguinte forma:

- Computadas as ações não-orçamentárias do Banco do Brasil, a execução foi de 121%, correspondendo a R\$ 12,1 bilhões.
- Considerando-se somente as ações da CONAB, MDS e MF, a execução representou 76% da dotação orçamentária disponibilizada (R\$ 4,2 bilhões), ou seja, R\$ 3,2 bilhões. Este percentual de execução, se excluída a ação relacionada à formação de estoques públicos, cuja atuação está condicionada à conjuntura do mercado de produtos agrícolas e às disponibilidades fiscais e financeiras do Tesouro Nacional, é equivalente a 95%, indicando uma excelente execução orçamentária.

São 4 as ações não orçamentárias, sob responsabilidade do Banco do Brasil, que integram o programa e estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento e comercialização da produção agrícola. Em 2005, o volume de recursos financeiros aplicados no programa correspondeu a 73% do total executado, ou seja, dos R\$ 12,1 bilhões empenhados, R\$ 8,8 bilhões referem-se às ações do Banco do Brasil. As metas programadas para o exercício foram todas superadas. Foram comercializados 62.048 contratos a título de Aval para Venda Antecipada da Produção, alavancando recursos na ordem de R\$ 4,4 bilhões. Visando a minimizar os riscos causados pelas variações de preços agrícolas, o Banco do Brasil comercializou 12.145 contratos via mercados futuros e de opções, dando a oportunidade ao produtor rural de planejar melhor sua atividade, pela garantia antecipada de preços de comercialização. Por meio do site de agronegócios, promoveu-se a comercialização de 80.929 contratados, envolvendo R\$ 2,3 bilhões. Para os negócios com cooperativas, o volume contratado foi de 15.442 contratos, no valor total de R\$ 1,8 bilhão.

O desempenho da execução das ações do programa implementadas em outros ministérios em 2005 foi alto. Ressalta-se o caso do MDS, uma vez que a CONAB é executora operacional de 4 dos 6 instrumentos do “Programa de Aquisição

de Alimentos – PAA”. No que se refere às ações do MF, das 7 ações, 2 decorrem dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, também executados pela CONAB. No que tange, às ações do Banco do Brasil, a atuação é bastante independente, principalmente por tratar-se de ações não-orçamentárias.

Algumas ações contaram com a participação de parceiros não-governamentais, como a “Capacitação da Mão-de-Obra do Setor Armazenador” e a “Organização dos Micros e Pequenos Varejistas”, que, em 2005, apresentaram desempenho prejudicado pela reavaliação do projeto.

As principais restrições à execução do programa foram:

- Atraso na liberação de recursos. Além das limitações financeiras, a liberação de recursos para atender às demandas de Aquisições do Governo Federal (AGFs) ocorreu no último bimestre do ano, inviabilizando o atendimento a mais produtores rurais.
- Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais. A política econômica vigente conflita com as necessidades do setor agrícola, que têm sua atuação limitada pela obrigatoriedade de geração de superávit primário, o que acarreta em recursos inferiores a demanda.
- Atraso na liberação de recursos ocorre em desconformidade com o calendário agrícola. Quando o recurso é liberado, já há uma defasagem em relação às necessidades do setor.
- Restrições financeiras. Especificamente no caso da ação “Formação dos Estoques Públicos”, a dotação orçamentária aprovada na LOA é suficiente, entretanto, não há disponibilidade financeira compatível, uma vez que esta é ditada pelo espaço fiscal definido pelo MF e pelo resultado das vendas dos estoques públicos decorrente da necessidade de regular preços e abastecimento, ou seja, não se coloca à venda produtos agrícolas simplesmente para gerar receita.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Do total da dotação orçamentária destinada ao programa (R\$ 12,1 bilhões), R\$ 228,8 milhões foram destinados para a ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)”, dos quais foram liquidados 99,4%, ou seja, R\$ 227,4 milhões.

O principal objeto de gasto refere-se a pagamento com remuneração de pessoal e respectivos encargos, representando 76,23% do total da GAP. Os demais gastos estão afetos às despesas de funcionamento e manutenção das bases físicas da Companhia e, ainda, a investimentos ligados especialmente à área de informática e de reposição/aquisição de equipamentos não-operacionais e móveis.

Sua contribuição é fundamental para a implementação das ações finalísticas, pois custeia a infra-estrutura, principalmente dispondo os recursos humanos, tecnológicos e materiais necessários à implementação/execução das ações finalísticas.

## RECOMENDAÇÕES

- Liberação de recursos coerente com o calendário agrícola.

## APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

### OBJETIVO

Fomentar a produção agropecuária e facilitar o abastecimento por meio do uso adequado de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e do provimento de infra-estrutura de produção, armazenagem, processamento e comercialização de produtos de origem agrícola, dando suporte a ganhos de competitividade, à agregação de valor e à melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios das cadeias produtivas.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores rurais e participantes do agronegócio.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 276.666.990,00	Empenho Liquidado: R\$ 160.010.395,00 Pago estatais: - Total: R\$ 160.010.395,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR

Este programa não possui indicadores.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Destaca-se a necessidade de atendimento das demandas locais, em fortalecimento aos projetos de desenvolvimento agropecuário.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 1.852 equipamentos, como patrulhas mecanizadas, motoniveladoras, tratores, máquinas e implementos agrícolas.
- Apoio a 671 projetos de desenvolvimento do meio rural.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa atende a inúmeros Municípios no fornecimento de equipamentos e apoio a projetos no meio rural. A cobertura do público-alvo decorre do número de Municípios atendidos pelo programa, que correspondeu às expectativas. Como medidas de controle das ações, há relatórios internos, atualizados a cada liberação de dotação orçamentária. Grande parte dos contratos, entretanto, são executados pela Caixa Econômica Federal (CEF), com liberações efetuadas no fim do ano de

2005, o que prejudica o monitoramento sobre o desempenho físico das ações.

A ação “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário” teve 48,2% de liberação da meta financeira, com realização de 50,3% da meta física, e a ação “Mecanização Agrícola”, 65,8% de liberação na meta financeira e realização de 68,1% da meta física. Esta informação é baseada nos convênios celebrados diretamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e nas informações prestadas pela CEF sobre os convênios por ela executados.

Parte da liberação dos recursos ocorreu entre os dias 26 e 30 de dezembro, causando prejuízo no encaminhamento dos recursos para empenho. Para os convênios do MAPA, sempre há recursos advindos do conveniente na forma de contrapartida. As alterações aprovadas pelo Congresso Nacional dificultaram o atendimento dos projetos, pois ampliaram o número de emendas a serem atendidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005, sem previsão de ampliação das dotações orçamentárias.

É necessário maior número de servidores na equipe gerencial e executora. Faltam cursos no âmbito do MAPA para qualificar a equipe gerencial e o quadro de pessoal é formado, em sua maioria, por funcionários terceirizados. Além disso, precisa-se de cursos técnicos para qualificar os servidores que fazem o acompanhamento dos convênios.

O contingenciamento orçamentário atrasa a decisão quanto ao atendimento dos convênios com datas definidas e ocasiona priorização e execução acelerada dos projetos, provocando falhas nos processos. O valor inscrito em restos a pagar causa impacto no orçamento do ano seguinte e o atraso na liberação das parcelas de pagamento dos convênios ocasiona o atraso na prestação de contas.

É comum a situação de inadimplência na maioria dos Municípios proponentes, impedindo a celebração de novos convênios. A execução das ações apresenta resultados positivos e atende ao objeto do programa.

A integração da equipe gerencial do programa com os executores da ação viabilizou a apresentação do relatório final pelo técnico parecerista com o acompanhamento in loco do convênio. Em todos os convênios há técnicos das Superintendências Federais de Agricultura, que fazem acompanhamento e esclarecem dúvidas do conveniente quando os mesmos são firmados diretamente pelo MAPA.

Há convênios firmados com sindicatos, associações e cooperativas que têm alcançado excelentes resultados, entretanto, há dificuldade na adequação dos convenientes à nova legislação do pregão eletrônico.

O ministério conta com serviço de ouvidoria que interage com os setores parceiros. Como a ouvidoria foi recentemente implantada, os resultados efetivos ainda não podem ser apurados.

O programa não conta com sistema de avaliação da satisfação dos beneficiários.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

## **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações

## DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICO

### OBJETIVO

Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores, processadores, distribuidores e consumidores.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 1.987.967,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.177.919,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.177.919,00
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 8.800.000	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 0,09 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,16

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não informado.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A explosão da demanda por produtos orgânicos ao longo da década de 90, sem que o país estivesse apto a aproveitar as oportunidades geradas pelo mercado e, mesmo, a garantir a identidade e a qualidade dos produtos gerados em sistemas de produção orgânica, motivou a criação do programa.

O consumo de produtos orgânicos começou na década de 90, tornando-se a atividade de maior crescimento na agricultura mundial. Segundo informações do International Trade Centre (ITC), da Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), as vendas combinadas de alimentos e bebidas orgânicas nos principais mercados consumidores passaram de apenas US\$ 2 bilhões em 1989 para US\$ 16 bilhões em 1999 e US\$ 19 bilhões em 2000. Estima-se que em 2005 esse comércio ultrapasse US\$ 31 bilhões. Hoje a agricultura orgânica é desenvolvida, em maior ou menor intensidade, por mais de 130 países

que produzem uma larga variedade de produtos orgânicos. Pode-se dizer que para cada produto convencional existe uma versão orgânica.

A produção orgânica representa uma forma de reduzir a dependência em recursos não-renováveis, evitar o impacto negativo do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se inserem as propriedades rurais, utilizando-se de produtos e processos que garantam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade agropecuária. Os produtos orgânicos não podem ser diferenciados dos produtos convencionais pela sua aparência, mas pela forma como são produzidos e processados. Daí a necessidade de um sistema de certificação, que possa dar ao consumidor a garantia de que está comprando produtos que foram de fato produzidos de acordo com as normas para produção orgânica.

Para que o Brasil possa se inserir efetivamente no mercado internacional de produtos orgânicos, precisa implementar algumas ações, de forma articulada, que permitam superar alguns entraves. Dentre essas ações, destacam-se: (1) ampliar o número de técnicos capacitados a dar assistência aos produtores que queiram se inserir no sistema, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os mecanismos necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos orgânicos; (2) transferir aos técnicos e aos produtores os resultados de estudos e pesquisas que proporcionam aos produtores orgânicos brasileiros produtos e processos que tornam a sua atividade mais eficiente e competitiva; (3) manter um sistema oficial de certificação de produtos orgânicos para dar garantias ao consumidor sobre a identidade e qualidade dos produtos e facilitar seu acesso ao mercado internacional; (4) promover e apoiar eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; (5) garantir o acesso a crédito, com características diferenciadas, considerando-se as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; (6) promover ampla divulgação à sociedade sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; (7) implementar ações de fomento que possibilitem a ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica, entre eles o material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incremento de 10% na “Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira”.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em função de o processo de regulamentação da Lei nº 10.831/03 ainda não ter sido concluído, não é possível mensurar os números reais associados à definição do índice de desempenho previsto para o programa. Com a regulamentação, será implementado o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, que conterà o acompanhamento e o controle de todos os produtores orgânicos brasileiros

com as respectivas áreas de produção. Como esse controle ainda não existe, é possível se acompanhar a produção por meio de informações coletadas junto às certificadoras que já atuam no país e de informações repassadas pelas Comissões Estaduais da Produção Orgânica, que as obtêm junto aos órgãos estaduais de agricultura, de assistência técnica e extensão rural e de organizações não-governamentais. Esses dados são importantes, apesar de imprecisos, para a orientação das políticas nas áreas de organização e capacitação, de fomento, de pesquisa e transferência de tecnologia, entre outras.

Ao longo de 2005, foram executadas ações fundamentais para o futuro controle das áreas com produção orgânica, tais como o treinamento de técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para atuarem na fiscalização da produção orgânica e a elaboração de manuais operacionais para fiscalizações e auditorias em unidades de produção orgânica, como segue:

- elaboração dos textos referentes à regulamentação da Lei nº 10.831/03, sendo 1 Decreto e 6 Instruções Normativas.
- instalação de 24 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF), representadas por 398 organizações governamentais e não-governamentais.
- criação de 24 Núcleos de Agricultura Orgânica nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA) e na sede do MAPA, com a participação de mais de 300 técnicos de todos os setores.
- realização de 24 seminários nas unidades da federação, com a finalidade de nivelamento de conceitos em agroecologia, orientações sobre a regulamentação da lei e a formação das Comissões e Núcleos da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.
- realização da Semana do Alimento Orgânico, campanha de esclarecimento ao público consumidor, realizada no período de 10 a 16 de setembro, em 18 Estados brasileiros. A campanha abordou direta e indiretamente 700 mil consumidores, por meio de 150 entrevistas e matérias veiculadas em jornais e emissoras de rádio e TV.
- realização do 1º Encontro Nacional de Agricultura Orgânica, com o objetivo de capacitar 90 técnicos do MAPA em registro, inspeção e fiscalização na rede de produção orgânica, no período de 14 a 18 de novembro.
- realização do Encontro Nacional de Educação e Capacitação em Agroecologia e do Sistema de Produção Orgânico, com o objetivo de discutir políticas públicas para educação em agroecologia, realizado no período de 30 de novembro a 2 de dezembro, com a participação de pessoas de diversas entidades.
- realização de 146 palestras em seminários, cursos e oficinas, para um público externo de 32.223 pessoas e interno de 400 técnicos do MAPA.
- celebração de convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária do Estado de São Paulo para a produção de sementes de 3 espécies de adubos verdes (60 ha) e 25 mil cartilhas a serem utilizadas em cursos nas unidades da federação.

É importante ressaltar que o ano de 2005 caracterizou-se pela consolidação do “Pró-Orgânico” na implementação de medidas estruturantes, básicas para a garantia de continuidade e efetividade das suas ações, que permitirão a concretização de seus objetivos. A criação da coordenação de agroecologia na reforma organizacional

do MAPA, a criação das Comissões nas Unidades da Federação e dos núcleos nas Superintendências Federais de Agricultura foi um salto significativo nesse processo.

A ação “Certificação da Produção Orgânica” tem por finalidade manter um sistema oficial de avaliação da qualidade orgânica, para dar garantias ao consumidor e facilitar o acesso desses produtos ao mercado internacional. A execução da ação “Certificação da Produção Orgânica de Alimentos” está diretamente vinculada ao marco legal regulatório da certificação e dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica. A regulamentação dessa lei, iniciada em janeiro de 2004, está em processo avançado de discussão, de forma participativa com entidades públicas e privadas que atuam no setor agropecuário orgânico. Considerando-se a natureza participativa e representativa deste processo, aliada ao fato de que os encaminhamentos são consensuais, pode-se concluir pela satisfação dos beneficiários.

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorreu ao longo do ano, com a divulgação quadrimestral das informações, cuja coleta e organização devem ser aprimoradas. Foram realizadas 47 reuniões para a construção dos textos, com o envolvimento de 120 pessoas de diferentes setores.

As ações do programa são executadas pelo MAPA e a ação “Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos” é executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Essas ações receberam R\$ 1.987.967,00 e executaram R\$ 1.177.919,00. Não foram utilizados R\$ 810.048,00 do orçamento do programa, visto que metade dos recursos só foram descontingenciados em dezembro, não havendo tempo hábil para sua utilização. O contingenciamento de recursos durante o ano de 2005 impediu o cumprimento dos cronogramas previamente estabelecidos, tendo como consequência, em vários casos, a inviabilização de algumas atividades por perda de prazos. Para contornar a situação, foi necessária a realocação de recursos entre ações e a captação de recursos externos, via parcerias institucionais.

Os recursos não-orçamentários foram oriundos de parcerias, principalmente para a realização da Semana do Alimento Orgânico, e imprescindíveis para a amplitude da campanha, realizada em 18 capitais brasileiras, mostrando a importância da captação externa de recursos para ampliar as ações previstas. Em função de questões tecnológicas e da revisão da linha de financiamento BB Agricultura Orgânica, a ação “Financiamento para Produção Sem Uso de Agrotóxicos (agricultura orgânica)” não foi operacionalizada. Entretanto, o banco prevê o retorno das operações para o primeiro semestre de 2006, quando destinará, em linha de crédito específica, valores da ordem de R\$ 9,7 milhões para financiamento de até 300 contratos. A revisão visa a possibilitar a apuração das operações com produtores orgânicos que são contratadas como convencionais. Está previsto no plano de ação de revitalização da linha, além de demanda tecnológica, ampla divulgação do programa, ressaltando a sua relevância para o banco e para a sociedade.

No âmbito da gerência do programa, há necessidade de novos equipamentos de informática, principalmente microcomputadores, e recursos audiovisuais, pois somente em dezembro de 2005 ocorreu liberação para a realização de investimentos, também sem tempo hábil para a execução.

Os recursos humanos ainda são insuficientes para a execução das atividades, mas tem-se utilizado o apoio de estagiários para suprir parte desta deficiência. Ainda há necessidade de capacitação da equipe técnica em agricultura orgânica para a realização dos trabalhos inerentes ao programa.

Em função das restrições financeiras, não foi possível a alocação dos recursos no momento solicitado, mas todos os envolvidos no processo foram informados sobre a situação e foram tomadas medidas emergenciais para o cumprimento de atividades consideradas estratégicas, como as que envolveram a regulamentação da Lei nº 10.831/03.

A única ação que não é executada pela Coordenação de Agroecologia é a de publicidade, executada pela Coordenação de Publicidade e Relações Públicas, que em todo tempo esteve integrada e empenhada para o cumprimento das demandas geradas.

As Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação foram criadas pela Portaria nº 158/04 do MAPA e têm por objetivos o assessoramento técnico do “Pró-Orgânico” e o direcionamento de políticas públicas para o setor. Em 2005, ocorreram a instalação de 24 Comissões, que são formadas de forma paritária, do setor público e privado, podendo ter de 8 a 20 membros. As instituições participantes devem ter reconhecida atividade no setor orgânico e ser representativas de algum dos seus segmentos, como produção, processamento, certificação, comercialização, pesquisa e assistência técnica. As Comissões já instaladas possuem a participação de 398 organizações governamentais e não-governamentais.

A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica foi instalada em 15 de março de 2004 e faz parte da estrutura funcional do Conselho do Agronegócio, visando à aproximação das partes envolvidas com a agricultura orgânica para que possam propor medidas e orientar as políticas públicas destinadas a esse segmento. A Câmara é composta por representantes de entidades empresariais e de trabalhadores, de organizações não-governamentais e de órgãos públicos relacionados com os diferentes segmentos da cadeia produtiva orgânica.

Em todas as etapas da execução do programa ocorreu a participação do público-alvo e o programa foi avaliado e aprovado em reunião da Câmara Setorial. As parcerias não-governamentais apresentaram ótimos resultados, permitindo o alcance das metas apresentadas.

A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica e as Comissões da Produção Orgânica nas unidades da federação são fóruns constantes de assessoramento da execução e avaliação do programa. Considerando o envolvimento do setor, por meio dos fóruns de assessoramento do programa, os beneficiários avaliam e contribuem para a execução e resultados.

O produto estabelecido na ação de certificação, “hectares certificados”, ainda não pode ser plenamente avaliado, pois somente após a regulamentação da Lei nº 10.831/03, haverá habilitação para cobrar dos organismos certificadores (certificadoras) e de outras entidades de controle social (associações e cooperativas) o fornecimento e a atualização de dados que permitam o dimensionamento da área ocupada com a atividade.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As despesas administrativas realizadas pela ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” corresponderam a 1,03% do orçamento, o que é insignificante quando comparado com os resultados alcançados pelo programa em 2005.

Os gastos da GAP correspondem a:

1. despesas com serviços administrativos, como tarifa de telefone e fax; disponibilização, manutenção e conservação de equipamentos de informática: R\$ 5.247,00.
2. pagamento de 1 estagiário no período de junho a novembro e de 2 no mês de dezembro: R\$ 4.160,00.
3. despesas com deslocamento e diárias para participação em 2 eventos: R\$ 2.705,00.

Pode-se observar, pela descrição dos elementos de despesa, que esses meios são essenciais à execução de todas as ações do programa.

Não há dificuldades de apropriação dos gastos da gestão do programa, mas cabe ressaltar que foi necessário, em função do contingenciamento, o remanejamento de recursos entre ações, de acordo com as prioridades, resultando em uma liquidação baixa.

## RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

## DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

### OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores e industriais da avicultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 4.203.827,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.187.370,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.187.370,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE AVES

**Unidade de medida:** US\$

**Último índice apurado:** 3.496.187.645,00 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 2.856.851.000,00

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice já foi alcançado.

#### 2. PESO MÉDIO DE CARÇAÇA DE FRANGOS

**Unidade de medida:** kg

**Último índice apurado:** 1,4 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 2,37

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média.

#### 3. QUANTIDADE DE AVES EXPORTADA

**Unidade de medida:** t

**Último índice apurado:** 2.761.966 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 3.620.828

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Baixa.

## **4. TAXA DE CONTROLE DA DOENÇA DE NEWCASTLE NOS PLANTÉIS AVÍCOLAS**

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 100 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 100

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Há alta perspectiva de que o índice seja mantido em 100%.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A competitividade internacional no setor de aves exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

## **PRINCIPAIS RESULTADOS**

Destacam-se as seguintes realizações de 2005:

- Controle de 100% da doença de Newcastle nos plantéis avícolas.
- Exportação de 3.620.828 t de aves exportadas em 2005, um crescimento de 13% em comparação a 2004.
- Conquista do primeiro lugar no ranking mundial de produção e exportação de frango.

## **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

O programa visa a beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia produtiva da avicultura. As restrições de trânsito, comércio interestadual e exportações são impostas aos produtos de risco para doença de Newcastle e influenza aviária (gripe do frango), sendo as duas doenças as maiores barreiras sanitárias às exportações de produtos avícolas. A erradicação da doença de Newcastle e a manutenção de zona livre de influenza aviária têm contribuído para o aumento das exportações e para a obtenção de superávits comerciais. O bom desempenho do programa ocorreu devido à execução das ações “Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura” e “Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura”.

A ação “Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura” controlou 9.701 propriedades, o que corresponde a 107,79% da meta prevista de 9.000 propriedades. Dos R\$ 3 milhões previstos no orçamento, foi utilizado R\$ 1,8 milhão, ou seja, 60,19%. O número de propriedades superior ao previsto ocorreu porque alguns Estados assumiram o custeio das atividades planejadas.

A ação “Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura” executou 100% da meta física prevista no exercício (13 tecnologias), a despeito de a liberação dos recursos ter ocorrido somente no mês de dezembro. Os resultados disponíveis na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) focam os seguintes temas: criação e reprodução de frango colonial e galinhas caipiras,

formulação e preparo de rações, produção orgânica de carne avícola e cortes industriais de frango de corte e colonial.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações “Fomento ao Uso de Material Genético, de Organização e Capacitação de Agentes Atuantes” e “Transferência de Tecnologia”, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

## DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

### OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

### PÚBLICO-ALVO

Criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 110.413.582,00	Empenho Liquidado: R\$ 77.193.761,00 Pago estatais: - Total: R\$ 77.193.761,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA EM BOVÍDEOS

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 9,98 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Muito Baixa.

#### 2. PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA

**Unidade de medida:** Litro por animal/ano  
**Último índice apurado:** -  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.500

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

#### 3. TAXA DE DESFRUTE DE BOVINOS

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 22 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 24

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -****4. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE EMBRIÕES**

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 50

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

**5. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES BOVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE**

**Unidade de medida:** Litro por animal/ano

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 23

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, mas, apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação.

O país insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre, sobretudo da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado. O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constitui a forma mais eficaz para se promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aumento de 23,40% no valor das exportações de carne, de US\$ 2,457 bilhões em 2004 para US\$ 3,032 bilhões em 2005.
- Aumento de 16,67% na quantidade exportada de carnes, de 1,2 milhão t em 2004 para 1,4 milhão em 2005.
- Reconhecimento internacional do Estado do Acre como livre de febre aftosa com vacinação.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Este programa visa a beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia da bovideocultura. As restrições ao trânsito e comércio interestadual e de exportação impostas aos animais e produtos, em decorrência de enfermidades dos bovídeos, inibem investimentos no setor pecuário, com reflexos negativos na geração de emprego e renda.

Com a reintrodução da febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, foi suspenso temporariamente, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa com vacinação dos Estados do Paraná (PR), Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Goiás (GO), Minas Gerais (MG), São Paulo (SP), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Bahia (BA), Sergipe (SE) e Tocantins (TO). Apesar dessa suspensão, a União Européia (principal importadora) mantém um embargo a somente 3 Estados: MS, SP e PR.

O sucesso das ações de defesa sanitária animal tem como elemento-chave a participação da comunidade interessada (produtores, agroindústrias, comércio, universidades etc).

Em relação à regionalização, há necessidade de melhor conhecimento dos dados cadastrais e censitários de cada Unidade da Federação (UF), de forma a promover a melhor regionalização possível, bem como o dimensionamento da meta física.

O produto “propriedades controladas” para as ações de controle e prevenção de doenças não exprime a finalidade da ação, é equivocado, devendo ser alterado para “propriedades atendidas”.

No caso específico do indicador “Taxa de Transferência de Embriões”, a terminologia mais adequada é “Taxa de Prenhez”, que demonstra com mais eficácia o resultado da ação.

A unidade de medida “número de tecnologias transferidas”, isoladamente ou sem uma descrição mais precisa, não é a mais adequada, pois não permite quantificar o número de beneficiários diretos e indiretos da ação nem o grau de adoção dos conhecimentos e tecnologias transferidos. Por outro lado, o grau de adoção é também de difícil aferição, já que o processo de apropriação pelos beneficiários é gradual e pode se estender por vários anos em consequência de ações realizados uma só vez.

O sistema de defesa sanitária animal exige investimentos altos e disponibilização contínua e adequada de recursos para manutenção de atividades fundamentais, que, comparadas aos benefícios obtidos, podem ser consideradas de custo relativamente baixo. Em 2005 os recursos foram insuficientes para atender aos convênios com os Estados e só foram liberados no final do ano, prejudicando as ações de vigilância epidemiológica.

O atraso na liberação de recursos aos Estados comprometeu a execução das atividades de defesa sanitária animal, cujas ações dependem necessariamente da participação dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal para realizar sua execução. A situação da grande maioria dos Estados é crítica e, nos últimos anos, o apoio do Governo

Federal foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar de as metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade nas estruturas estaduais, o que poderá em curto espaço de tempo comprometer os avanços alcançados.

O setor privado investiu cerca de R\$ 450 milhões em aquisição de vacinas contra a febre aftosa.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Revisar os processos internos para celebração de convênios do Ministério, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Aprimorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados.
- Melhorar o processo de levantamento e consolidação das informações das ações.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações “Fomento ao Uso de Material Genético”, “Organização e Capacitação de Agentes Atuantes” e “Transferência de Tecnologia”, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, a fim de evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.
- Viabilizar a liberação contínua dos recursos.

## DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQÜIDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA

### OBJETIVO

Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores e industriais da avicultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 3.254.416,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.296.922,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.296.922,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE RENDIMENTO DE CARÇAÇA DE CAPRINOS E OVINOS

Unidade de medida: Percentagem  
Último índice apurado: 45 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Média.

#### 2. TAXA DE REFUGO DE PELES DE CAPRINOS E OVINOS

Unidade de medida: Percentual  
Último índice apurado: 30 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 20

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Alta.

#### 3. TAXA DE DESFRUTE DE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE

Unidade de medida: Percentagem  
Último índice apurado: 25 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Média.

**4. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES CAPRINAS E OVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE****Unidade de medida:** Porcentagem**Último índice apurado:** 20 em 2005**Índice previsto ao final do PPA:** 40**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Alta.

**5. PRODUTIVIDADE LEITEIRA CAPRINA****Unidade de medida:** Litro por animal/ano**Último índice apurado:** 154,5 em 2005**Índice previsto ao final do PPA:** 189**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Média.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior vem crescendo significativamente, o que implica numa necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura.

O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado.

Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento em uma atividade economicamente sustentável.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Organização da cadeia produtiva de caprinos, ovinos e apicultura.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

O desempenho do programa ficou prejudicado. As ações, de modo geral, apresentam boa execução quando comparadas aos valores disponibilizados. No entanto, quando comparadas à Lei Orçamentária Anual (LOA), observa-se a baixa execução.

Para as ações “Assistência Financeira a Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas” e “Fiscalização de Conformidade das Atividades Turfísticas e Hípicas”, além da falta de recursos do orçamento, não houve repasse dos impostos cobrados aos Jockeys Clubs. A falta de um fluxo regular de disponibilização dos recursos provoca prejuízos qualitativos na realização das metas físicas.

Com a organização da cadeia produtiva de caprinos, ovinos e apicultura, por meio da instituição de dois pólos de produção integrada, um com ovinos no Estado do Ceará e outro com apicultura no Estado de Santa Catarina, os atores participantes da cadeia produtiva têm a oportunidade de se organizar e, a partir daí, traçar estratégias para o desenvolvimento de práticas que visem à melhoria na qualidade do produto oferecido, bem como na qualidade de vida das pessoas envolvidas. Apesar da aprovação desses dois pólos, a expectativa inicial era de instituir, no mínimo, mais dois para cada cultura. Esta situação ocorreu devido ao forte contingenciamento financeiro imposto ao programa.

A seleção de animais melhoradores, por meio de provas de ganho de peso (uma na Paraíba e outra no Distrito Federal) e de teste de progênie, no Estado de Sergipe, permitirá a elevação dos indicadores da caprinovinocultura, beneficiando os produtores envolvidos.

A vigilância é fundamental para a prevenção e o controle das principais doenças de caprinos e ovinos, no entanto, os recursos destinados aos Estados foram repassados de forma extemporânea e insuficiente, o que comprometeu o funcionamento adequado do sistema de defesa sanitária animal. Esta situação é incômoda porque pode ser decisiva no aparecimento e difusão de algumas doenças, prejudicando gravemente a caprinovinocultura.

Quanto à ação “Capacitação de Técnicos e Profissionais”, apesar do cumprimento das metas físicas e a liberação quase integral do programado, os recursos foram liberados de forma descontínua ao longo do ano, prejudicando a eficiência das atividades desenvolvidas pela ação.

A meta física da ação “Prevenção e Controle de Doenças”, não corresponde à realidade. Este número está sendo influenciado por lançamentos pelos Estados de atividades que não correspondem ao produto especificado. Constatou-se que o nível de realização real é de aproximadamente 30%, um valor baixo provocado pelo contingenciamento orçamentário.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

- Regularidade na liberação de recursos.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações “Fomento ao Uso de Material Genético, de Organização e Capacitação de Agentes Atuantes” e “Transferência de Tecnologia”, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

## DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIRA

### OBJETIVO

Promover o aumento da renda dos agentes da cadeia produtiva do agronegócio do café.

### PÚBLICO-ALVO

Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 1.280.426.115,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.275.415.796,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.275.415.796,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. CONSUMO INTERNO DE CAFÉ

**Unidade de medida:** Milhão de sacas  
**Último índice apurado:** 15,5 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 14,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Média.

#### 2. VOLUME DE PRODUÇÃO DE CAFÉ

**Unidade de medida:** Milhão de sacas  
**Último índice apurado:** 32,9 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Baixa

#### 3. VOLUME DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

**Unidade de medida:** Milhão de sacas  
**Último índice apurado:** 25,9 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 24

## Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, a produção, a industrialização e o comércio de café têm representação significativa para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300 mil propriedades rurais, em 1.850 Municípios distribuídos em 14 Estados da Federação, onde ocupa uma área cultivada correspondente a 2,2 milhões ha. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gera 8,4 milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável pela geração de riquezas, que representam 2,2% da pauta de exportação brasileira e 5,4% do agronegócio.

A produção brasileira de café ocupa posição de destaque no mercado mundial, sendo o 1º produtor (39,8% da produção mundial), e o 1º exportador (31,8% das exportações mundiais de café), com uma geração de divisas de US\$ 1,4 bilhões.

Houve queda do preço internacional do café e, conseqüentemente, da renda dos produtores. Sendo o Brasil o líder de produção e do mercado mundial no agronegócio que representa 2,2% das exportações nacionais, eventuais desequilíbrios de preço e renda poderão representar perda de divisas para o país e empobrecimento rural.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conquista do 1º lugar na exportação mundial de café, com 25,90 milhões de sacas exportadas em 2005.
- Conquista do 1º lugar na produção mundial de café, com 32,94 milhões de sacas produzidas em 2005.
- Aumento de 4,03% no consumo interno de café, passando de 14,9 milhões de sacas em 2004 para 15,50 milhões de sacas em 2005.
- Atendimento a 24 mil mutuários, beneficiários das linhas de financiamento à cafeicultura.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa “0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira” contribuiu para o aumento da produção agropecuária, o abastecimento do mercado interno e externo, a geração de saldos crescentes na balança comercial e o atendimento das novas demandas e programas sociais, estimulando as cadeias produtivas para a geração de renda e emprego e o desenvolvimento regional.

A safra colhida em 2005 alcançou 32,94 milhões de sacas, das quais 25,9 milhões de sacas do produto foram exportadas. Houve uma redução de 17,18% no volume de produção do café, em relação ao ano anterior. A explicação para o menor desempenho na produção do café em 2005 está relacionada ao ciclo bianual da cultura do café.

Cabe destacar que o Brasil, 2º consumidor mundial do café, consumiu 15,5 milhões de sacas em 2005, um resultado 4,03% maior do que em 2004. Dessa forma, o país continua a apresentar um crescimento do consumo, respondendo aos estímulos produzidos por um conjunto de fatores, como a melhoria contínua da qualidade do café oferecido aos consumidores. Além disso, tem-se estimulado a ampliação

do investimento em marketing, publicidade e promoção, desenvolvendo uma bem-sucedida estratégia, objetivando o aumento do consumo do café.

Foram concedidos aos cafeicultores recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), oriundos de linhas de crédito para o financiamento de colheita e estocagem no valor de R\$ 800 milhões e R\$ 449 milhões para custeio, totalizando R\$ 1,249 bilhão. Em 2005 foi efetuada a guarda e conservação de 3.174.393 sacas de cafés dos estoques oficiais, representando o patrimônio do FUNCAFÉ, de aproximadamente R\$ 526,86 milhões, além da manutenção de 35 unidades armazenadoras nos Estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, das quais 26 possuem cafés estocados. Foram geradas, em 2005, 45 tecnologias pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no contexto da ação “Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura”. O Consórcio é responsável pela execução do maior programa mundial de pesquisa e desenvolvimento do café, envolvendo, em 2005, 45 instituições brasileiras de pesquisa e extensão, 872 pesquisadores e extensionistas, bem como 160 bolsistas, na implementação de 322 subprojetos de pesquisa, superando em 30,89% o valor programado para 2005, que era de 246 subprojetos. Cabe destacar, também, a 2ª Conferência Mundial do Café, realizada no período de 23 a 25 de setembro de 2005, na cidade de Salvador /BA), que contou com a presença dos Presidentes do Brasil e da Colômbia e dos representantes das delegações dos países vinculados à Organização Internacional do Café (OIC), além de empresários do setor privado, entre outras autoridades nacionais e internacionais, totalizando 1.184 inscritos, sendo 486 estrangeiros de 65 países. As conclusões dessa Conferência serão apresentadas pelo Ministro da Agricultura na próxima reunião do Conselho Internacional do Café, em maio de 2006.

Na ação “Conservação dos Estoques Reguladores de Café”, o total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005 não permitiu o pagamento de despesas com reparos e manutenção das unidades armazenadoras, bem como para o reensaque e rebloqueamento dos cafés que se encontram derramados e para a substituição de sacarias que se encontram em mau estado de conservação. O Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), nesse sentido, aprovou a transferência da administração da rede armazenadora dos estoques oficiais de café para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), excetuando-se as unidades de Aimorés e Caratinga em Minas Gerais, que deverão ficar sob a administração da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), Astorga e Loanda, no Paraná, e a Unidade de Catanduva, hoje sob a administração da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Com esta medida, os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), que constituem patrimônio da União repassados na forma da legislação vigente por intermédio dos respectivos termos de entrega ao MAPA, expedidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), continuam com esse mesmo status, uma vez que deverá ser repassada à CONAB apenas a gestão deles. O estoque de café, de 3.174.393 sacas, ficará sob a guarda da CONAB mediante uma remuneração, que deverá ser suficiente para cobrir, no mínimo, o custo operacional da empresa.

A CONAB poderá explorar comercialmente as unidades, recebendo produtos de terceiros e a destinação do eventual lucro obtido com o aluguel do conjunto dos armazéns, que deverá ser compartilhado em proporções iguais entre a CONAB e o FUNCAFÉ, será definida pelo Conselho do Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC).

A ação “Publicidade de Utilidade Pública” não está adequada às ações de publicidade e promoção, já que busca aumentar o consumo interno e externo do café, além de consolidar a marca Cafés do Brasil, no país e no exterior.

A maior parte dos recursos do programa são provenientes das Operações Oficiais de Crédito, recursos sob supervisão do FUNCAFÉ. O fluxo dos recursos sofreu descontinuidade nas ações “Publicidade de Utilidade Pública”, “Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura” e “Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café”, impedindo que se alcançassem as metas físicas programadas.

### OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” utilizou R\$ 3.032.946, o que representa 0,23% dos R\$ 1.278.348.394 utilizados pelo programa.

A gestão deste programa segue as orientações dadas pelo CDPC, que aprova o planejamento das ações, acompanha a sua implementação e avalia os seus resultados. Tanto a aprovação do planejamento, quanto o acompanhamento das ações que compõem o programa ficam registrados em atas do CDPC, sendo as providências necessárias ao bom andamento do programa tomadas de imediato junto aos órgãos competentes.

Os principais objetos de gasto na GAP foram: descentralização de crédito efetuada à Embrapa, destinada ao apoio à Gestão do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café); descentralização de crédito à CONAB para proceder, com o apoio do FUNCAFÉ, ao levantamento de estoques privados de café e às estimativas de safra para 2005; bem como promover o custeio de despesas com viagens e locomoção e demais atividades meio, necessárias à gestão e administração do programa.

### RECOMENDAÇÕES

- Incluir a ação “Promoção do café Brasileiro no Exterior”. A fim de que o MAPA possa cumprir adequadamente a legislação do FUNCAFÉ, a qual tem pertinência com a Instrução Normativa nº 2, da Secretaria-Geral da Presidência da República, de 20/02/2006, que rege a publicidade do Governo Federal, permitindo ações de publicidade, mercadologia e promoção.
- Incluir a ação “Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização do Café”.
- Regularidade no fluxo de recursos.
- Aumentar a equipe executora com pessoal que já detenha bastante conhecimento nas áreas financeira e orçamentária.
- Alterar a formula de calculo do indicador “Volume de produção de café”.
- Atuação do órgão setorial junto ao coordenador da ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração, a fim de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação “Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Economia Cafeeira”.

## DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA

### OBJETIVO

Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

### PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 10.179.735,00	Empenho Liquidado: R\$ 8.326.230,00 Pago estatais: - Total: R\$ 8.326.230,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. QUANTIDADE EXPORTADA DE FRUTAS FRESCAS

**Unidade de medida:** 1.000 tons  
**Último índice apurado:** 897,31 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.443

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Alta.

#### 2. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUCOS DE FRUTAS

**Unidade de medida:** 1.000 tons  
**Último índice apurado:** 1.860 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.017

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Média.

#### 3. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DA FRUTICULTURA

**Unidade de medida:** Milhão de dólares (US\$ milhão)  
**Último índice apurado:** 1.862 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.790

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Alta.

#### **4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS**

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 3,38 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 1

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

O índice já foi alcançado e deve ser mantido a níveis superiores a taxa prevista para o final do PPA.

#### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A fruticultura brasileira, com produção de 43 milhões de toneladas anuais, em área plantada de 2,2 milhões ha, é a terceira maior produção de frutas frescas do mundo, superada apenas pela China e Índia. A sua pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é uma das mais complexas e inclui frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas, como a graviola, cupuaçu, açaí, siriguela, pitomba, sapoti, dentre tantas outras espécies. Em razão de intensa tecnificação, que vem sendo introduzida desde a década de 80, sobretudo em pré e pós-colheita, hoje a fruticultura brasileira é capaz de ofertar frutas ao longo das quatro estações do ano, a exemplo da laranja, manga, uva, banana, inclusive, maçã. No entanto, a participação brasileira no mercado mundial de frutas frescas, avaliado em cerca de US\$ 45 bilhões, é reduzida, registrando exportações no valor de US\$ 248,3 milhões em 2002, 0,6% desse mercado.

Muitos fatores afetam o desempenho do Brasil, principalmente as carências estruturais, como as de vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional e, na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa. Quanto a ocorrências de perdas, significativos índices são observados desde a produção no campo até os pontos de distribuição, como desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana. Dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se a mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola, fortemente subsidiado por países como os Estados Unidos (EUA) e membros da União Européia (UE), além de rigorosos critérios em barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

Os esforços do PROFRUTA priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do país, e representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos de mercado internacional, como o do sistema da Produção Integrada de Frutas (PIF), que se fundamenta em princípios da sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança

alimentar e saúde humana e, sobretudo, viabilidade econômica. Associado às ações de capacitação, outro fator de importância refere-se à organização da base produtora, que confere possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas. O resultado observado é a melhor competência gerencial, maior padrão qualitativo das frutas ofertadas e, conseqüentemente, mais competitividade na inserção do setor frutícola em importantes mercados interno e externo. As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, 3 instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuando em áreas temáticas como biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras áreas. A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MAPA/CNPq), sendo 27 na área da PIF, 25 em Implantação de Viveiros Matrizes e Borbulheiras e 5 da Defesa Fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância socioeconômica nos principais pólos do País.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incremento de 5,5% na quantidade exportada de frutas frescas.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A PIF eleva o nível tecnológico da produção, amplia mercados para exportação de frutas, como já vem ocorrendo nos últimos três anos, e racionaliza em até 70% a utilização de agroquímicos. Como exemplo, cita-se o caso da cultura da maçã na região sul do País, onde houve redução anual do uso de fungicidas ditiocarbamatos na ordem de 600 tons correspondentes a R\$ 9 milhões em economia por parte dos produtores. Dentre outros benefícios das PIFs, podemos comprovar o aumento da produtividade, a alta qualidade da fruta produzida, diminuição do uso de fertilizantes em até 40%, economia do uso da água na irrigação, aumento de infiltração de água no solo e conseqüente elevação do lençol freático, diminuição dos processos erosivos, incremento na diversidade e população de inimigos naturais das pragas e doenças, manutenção das áreas de reservas naturais, proporcionando alimentos seguros e com rastreabilidade em toda cadeia produtiva.

O sistema PIF já atingiu 17 espécies frutíferas em 13 Estados da Federação com 14 Normas Técnicas Específicas publicadas, com 24 projetos de fruticultura em andamento e envolvimento de aproximadamente 500 instituições públicas e privadas, tais como: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), CNPq, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), universidades, instituições estaduais de pesquisa, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), associações de produtores, cooperativas, certificadoras, entre outros. Foram beneficiados mais de 1.161 produtores, com área total de 38.127 ha e produção total de 1.140.336 ton de frutas. Foram realizados 947 eventos, com 12.955 participantes, publicados 168 trabalhos científicos e instaladas 27 estações edafoclimáticas.

A instalação da biofábrica para controle biológico da mosca das frutas colaborou intensamente com a redução do uso de agrotóxicos e a sustentabilidade técnica da produção de frutas no Brasil.

O programa tem por finalidade elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerida pelos mercados nacional e internacional, mediante a disponibilização de material genético superior, treinamento intensivo de técnicos e produtores e implantação do sistema PIF, que contribui para a diminuição das desigualdades sociais por meio da geração de emprego e renda (como o aumento de 3% na PIF maçã), eleva o nível tecnológico da produção e amplia mercados para exportação de frutas.

Apesar do contingenciamento dos recursos financeiros, os projetos e ações propiciaram ótimos resultados, devido à estratégia de envolvimento de todas as cadeias produtivas e capacidades técnicas existentes nos diferentes Estados do Brasil. Um dos resultados foi o comprometimento de 500 instituições com a PIF em todo território nacional. Os recursos que seriam aplicados para o fomento ao uso de material genético melhorado para fruticultura foram contingenciados em sua totalidade, tornando-se um entrave à expansão da fruticultura nacional, devendo-se disponibilizar para os próximos anos recursos suficientes para implementar tal ação.

Atualmente existe, na região norte do Brasil, o monitoramento da mosca da carambola, praga exótica com grande poder de adaptação e destruição de pomares de frutas nativas e cultivadas. Todavia, o contingenciamento de recursos orçamentários, de 60,25%, favorece a introdução e disseminação desta devastadora praga em todas regiões produtoras de frutas no Brasil, notadamente as localizadas no nordeste do País. Pragas, como cancro cítrico, cidia pomonela da macieira e sigatoka negra da bananeira, causam imensos prejuízos à fruticultura nacional, requerendo constantes esforços e ações conjuntas dos setores de pesquisa, extensão e defesa vegetal em todo território nacional. Para a sustentabilidade do sistema de produção de frutas no Brasil, necessita-se de aportes financeiros para os casos emergenciais de disseminação e constatação de novas pragas e doenças no Brasil. Não havendo outros contingenciamentos, certamente os índices previstos no PPA 2004/2007 serão atingidos.

O monitoramento das ações é realizado por meio de visitas semestrais aos locais de implantação dos projetos, por meio dos coordenadores regionais, e, quando necessário, por meio de relatórios sobre o andamento e evolução dos mesmos, sendo obrigatório o envio de um relatório final sobre os resultados dos projetos.

Há insuficiência de pessoal e de qualificação dos recursos humanos disponíveis nos níveis administrativo e técnico.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

## RECOMENDAÇÕES

- Melhorar a infra-estrutura e os recursos materiais da equipe técnica e gerencial com a aquisição de veículos, computadores e GPS.

## DESENVOLVIMENTO DA HEVEICULTURA

### OBJETIVO

Buscar a sustentabilidade do sistema agroindustrial gumífero, mediante o incremento da rentabilidade econômica, o desenvolvimento social e a conservação ambiental.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores, beneficiadores, industriais e trabalhadores da cadeia produtiva da borracha natural.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 4.250.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE AUTO-SUFICIÊNCIA EM BORRACHA NATURAL

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 40 em 31/12/2002

**Índice previsto ao final do PPA:** 40

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não aplicável.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O “Programa de Desenvolvimento da Heveicultura” teve sua conclusão prevista no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 para o ano de 2005, face ao prazo final da concessão da subvenção econômica. A Lei nº 9.479/97, que criou a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural, estabeleceu o prazo de oito anos de duração da subvenção, que expirou.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

O programa não teve execução no ano de 2005 e não constará da programação de 2006.

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

Como não houve execução durante o ano de 2005, não é possível avaliar adequação ou inadequação da concepção do programa.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

### OBJETIVO

Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.

### PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 2.579.094,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.640.047,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.640.047,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE BATATA-INGLESA

Unidade de medida: kg/ha  
Último índice apurado: 22.084 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 25.122

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Alta.

#### 2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE CEBOLA

Unidade de medida: kg/ha  
Último índice apurado: 18.346 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 20.186

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Alta.

#### 3 PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TOMATE

Unidade de medida: kg/ha  
Último índice apurado: 62.240 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 71.087

## Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Verifica-se desorganização e baixa verticalização de cadeias relevantes para a nutrição humana ou com elevado potencial de agregação de valor, de criação e de manutenção de postos de trabalho no campo. Algumas cadeias estão descritas a seguir:

- **Olericultura:** preparar o horticultor para o mercado moderno por meio de organização dos produtores em comitês, consórcios, associações e cooperativas com a finalidade de proporcionar ao segmento produtor, informações da pesquisa, da defesa agropecuária e do mercado.
- **Plantas medicinais:** embora a medicina moderna esteja bem desenvolvida na maior parte do mundo, grande setor da população dos países em desenvolvimento depende dos profissionais tradicionais, das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos para a sua atenção primária. Além disso, durante as últimas décadas, o interesse do público pelas terapias naturais aumentou enormemente nos países industrializados e acha-se em expansão o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. O mercado mundial de fitoterápicos em 2000 movimentou US\$ 19,6 bilhões e há previsão de que somente a Europa registre volume de vendas de US\$ 7,5 bilhões. A Alemanha lidera o uso de fitoterápicos, com vendas de US\$2,7 bilhões, sendo o valor gasto por habitante/ano de US\$ 84, o que demonstra que 40% do total de remédios prescritos por médicos são fitoterápicos.
- **Especiarias:** especiarias são atividades lucrativas de alto valor agregado, gerador de emprego e renda, que se encontram à margem das prioridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a despeito de o Brasil ser membro da Comunidade Internacional de Pimenta do Reino (CIP). Há necessidade de realização de estudos sobre a cadeia produtiva das especiarias, com prioridade para pimenta do reino, para que o MAPA se posicione no futuro com um programa de desenvolvimento para o setor.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Crescimento de 9,6% nas exportações de flores e plantas ornamentais.
- Incremento da produtividade nas lavouras de batata-inglesa em 13,8%.
- Incremento da produtividade nas lavouras de cebola em 10,0%.
- Incremento da produtividade nas lavouras de tomate em 14,2%.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Atendendo às demandas do mercado internacional, que sinaliza para a valorização do aspecto qualitativo e do respeito ao meio ambiente de qualquer produto, o Sistema de Avaliação da Produção Integrada (SAPI) vem se transformando no grande fiador dos produtores brasileiros na oferta de alimento seguro, produzido sob normas ambientais, econômicas e sociais. Com a nova estrutura do MAPA, foi instituído o SAPI e o indicador proposto é a adesão do produtor ao Sistema de Produção

Integrada. No âmbito do programa foi firmado convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) para a instituição de pólos de produção integrada de tomate industrial, batata-inglesa e tomate de mesa. Também foi desenvolvido um modelo de produção integrada de tomate Indústria nos Estados de Goiás e Minas Gerais com atividades previstas para avaliar a viabilidade econômica da produção integrada, que iniciou um diagnóstico socioeconômico da cultura do tomate Indústria nestes Estados, com a colaboração da Unilever, tendo os seguintes trabalhos em andamento:

- diagnóstico do Sistema de Produção nos Estados selecionados.
- atividades de monitoramento da presença de mosca-branca virulífera de indivíduos de moscas-brancas em várias regiões do Brasil, sendo 16 amostras em Goiás.
- avaliação da eficiência de produtos químicos para mancha-bacteriana e pinta-preta F.
- atividades sobre adequação do manejo da água e do solo para o sistema de produção integrada de tomate industrial.
- acompanhamento do manejo de irrigação, com base no balanço de água em propriedades integradas.
- condução, na estação experimental da Unilever, de unidades de observação de manejo de irrigação em gotejamento, com vistas à melhoria da qualidade do tomate para fins de processamento industrial.

Está em elaboração o Manual de Boas Práticas Agrícolas de Tomate para Processamento Industrial, bem como do Manual do Sistema de Análise de Pontos Críticos de Controle (APPCC). Foi apresentado o “Programa Integrado de Hortaliças: o Caso Tomate Indústria” na Mesa Redonda de Certificação e Produção de Qualidade, durante o 45º Congresso Brasileiro de Olericultura realizado em Fortaleza-CE. Também foi apresentado o “Produção Integrada de Tomate Industrial” no Workshop sobre Rede de Pesquisa e Inovação em Sistemas de Garantia de Qualidade, organizado na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foram realizados 2 minicursos sobre a rastreabilidade e o uso de meios informatizados na Produção Integrada de Frutas (PIF) e o de Manejo Integrado de Pragas na Produção Integrada de Frutas.

Foi iniciado o desenvolvimento de um modelo de Produção Integrada de Batata no Estado de Minas Gerais, que tem a adesão de 15 produtores. Foram realizados 12 eventos e trabalhos técnicos, capacitando mais de 1.500 pessoas em Produção Integrada de Batata.

Com o início da implantação do programa já se pode evidenciar a racionalização do uso de agrotóxicos em batata em 50%, de inseticida em 34% e de fungicida. Com esses resultados foram publicados 5 trabalhos em anais de congresso. Foram estabelecidas parcerias públicas e privadas com instituições tais como: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), EMBRAPA, e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

No programa de indução ao Sistema de Produção Integrada de Hortaliças, foram treinados 435 agentes da cadeia produtiva, contando com a participação de entidades como BASF, BAYER, ANDEF, DU PONT, IHARA, ARISTA, FMC e SYNGENTA.

No tocante ao “Programa de Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais”, a análise conjuntural sobre a evolução das exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2005, revelou que as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais atingiram US\$ 25,75, com crescimento de 9,58% sobre o volume de vendas do ano anterior. Mesmo com crescimento apurado em 2005, as exportações de flores e plantas ornamentais ficaram abaixo das estimativas traçadas, no início do ano passado, por empresários e analistas do setor, que projetavam aumento de 15% sobre os valores comercializados em 2004, com base no desempenho do setor entre os anos de 2001 e 2004. A estimativa de crescimento começou a ser revista no primeiro semestre de 2005, em função da valorização do real frente ao dólar, que reduziu a competitividade dos produtos nacionais.

Apesar do contingenciamento dos recursos financeiros, foram realizados cursos, reuniões, palestras, seminários e outras atividades de organização da cadeia produtiva pertinentes à horticultura e à adoção de planos integrados de desenvolvimento, alcançando-se resultados acima do esperado. O conjunto de atividades desenvolvidas no programa permitiu ao público-alvo interagir com maior intensidade com a comunidade científica que está desenvolvendo e disponibilizando novas informações e conhecimentos sobre o cultivo de hortaliças de forma convencional e integrada. As reuniões prévias de lançamento dos projetos com a finalidade de avaliar a demanda das indústrias processadoras de tomate para a Produção Integrada de Tomate Indústria nos Estados de Goiás e Minas Gerais e dos produtores de batata, contaram com representantes de 8 indústrias, de técnicos do MAPA, de extensionistas, universidades e instituições de pesquisa.

Na indução ao Sistema de Produção Integrada de Batata foram treinados 435 agentes da cadeia produtiva. Foi possível perceber que as propostas foram bem aceitas por todos os participantes, indicando uma real demanda por parte das empresas. Várias indústrias exercitam ações pertinentes ao projeto, tais como estratégias visando a reduzir a utilização de agrotóxicos, reduzir impactos ambientais, diminuir custos, aumentar a produção e evitar o uso de mão-de-obra infantil nas lavouras. Os participantes ressaltaram a importância de implementar este sistema para dar maior sustentabilidade ao Agronegócio do Tomate e da Batata. Ressaltaram, ainda, a importância da proposta em termos de segurança alimentar. Atendendo a essa demanda, a proposta visa a estabelecer as normas e diretrizes para a criação e a implementação de um sistema de produção integrada, com o envolvimento de todo o agronegócio tomate indústria e batata, que permita a obtenção de um selo de qualidade.

Os princípios básicos da produção integrada estão amparados basicamente na elaboração e desenvolvimento de normas e orientações de comum acordo entre os agentes da pesquisa, ensino e desenvolvimento, extensão rural e assistência técnica, associações de produtores, cadeia produtiva específica, empresários rurais, produtores, técnicos por meio multidisciplinar. Pelo sistema, garante-se que o produto foi produzido seguindo o roteiro de um sistema adequado à segurança alimentar e ambiental. O resultado é um produto garantido em toda sua cadeia, da fazenda à mesa do consumidor.

A periodicidade do acompanhamento das ações é mensal, de abrangência nacional e o monitoramento é via sistema interno da EMBRAPA e sistema SIPLAN. As

ações de transferência de tecnologia desenvolvidas também são objeto de auditoria interna da EMBRAPA para fins de comprovação de sua realização. A execução das metas físicas previstas foi abaixo do esperado, tendo atingido 50% ao final do ano, o que se deve à não-liberação de recursos financeiros nos primeiros quatro meses do ano e, a partir da liberação, a redução em 50,06% dos recursos orçamentários. Foram liberados somente 49,94% dos recursos orçamentários previstos e em sua maioria no segundo semestre de 2005. Conseqüentemente, com o volume de recursos disponibilizado, não foi possível atingir as metas físicas previstas.

A execução das ações “Transferência de Tecnologia” e “Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Cadeia Produtiva” permitiram, por meio da realização de dias de campo, palestras, treinamentos e vitrines tecnológicas, atividades que promovem a participação social, o levantamento de expectativas e demandas e a troca de experiências entre os diversos segmentos de produtores rurais em um ambiente participativo e dinâmico. Nos eventos de treinamento, são aplicados questionários para avaliação da satisfação dos beneficiários. A consolidação destas informações permite a adaptação e melhoria futura do conteúdo, linguagem, formato e infraestrutura do treinamento.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação “Prevenção e Controle de Pragas na Horticultura”, o órgão setorial deve uniformizar o entendimento junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à apuração e ao resultado do seu produto.

## DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA

### OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos de suídeos, mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores e industriais da suinocultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 2.922.643,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.318.215,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.318.215,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE SUÍNOS

**Unidade de medida:** US\$

**Último índice apurado:** 1.167.000.000

**Índice previsto ao final do PPA:** 770.959.922

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Segundo balanço divulgado pela Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS), o Brasil exportou 625.075 toneladas para cerca de 70 países. Esses números ressaltam a importância econômica e social dessa exploração, que gera milhares de empregos, distribui renda e ajuda na fixação do homem ao campo.

#### 2. PESO MÉDIO DE CARÇAÇA DOS SUÍNOS

**Unidade de medida:** kg

**Último índice apurado:** 72 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 98,43

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média.

### 3. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUÍNOS

**Unidade de medida:** t

**Último índice apurado:** 625.075 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 801.104

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Alta.

### 4. TAXA DE CONTROLE PESTE SUÍNA CLÁSSICA

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 51 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 80

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Alta.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no país. Essa atividade emprega mão-de-obra tipicamente familiar, sendo responsável pela colocação de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho, constituindo-se em importante fonte de renda e estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego, fixar o trabalhador no meio rural e contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional.

Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção são demandas impostas pela sociedade e pelo mercado, sendo, portanto, objeto de ação do programa.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Crescimento de 50% no valor exportado em 2005, US\$ 1,123 bilhão, em relação a 2004, US\$ 744 milhões.
- Crescimento de 23% na quantidade exportada em 2005 (579.413 t) contra 470.967 t em 2004.
- Manutenção da zona livre da Peste Suína Clássica (PSC) em 14 Estados brasileiros, sem novos registros de notificações na zona infectada.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A grande competitividade e o alto nível tecnológico utilizado pela suinocultura nacional levaram o país a atingir o recorde no valor exportado de produtos suínos apesar dos focos de febre aftosa.

Hoje o Brasil possui uma zona livre de PSC, composta pelo Distrito Federal e 13 Estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, São

Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Deve-se considerar que na zona livre de PSC, encontra-se a grande maioria do rebanho comercial de suídeos do Brasil. A medida da taxa de controle da peste suína clássica considera apenas a área territorial, quando deveria também considerar o rebanho, tendo em vista que a população desta área pode variar e, ainda, a variação na distribuição geográfica da exploração, conforme as aptidões regionais, particularidades ou dificuldades estruturais da região a ser considerada no país.

A manutenção do status sanitário da enfermidade, que é limitante para as exportações, habilita o país a pleitear os mercados internacionais, transformando os resultados alcançados no comércio exterior, em grande parte, em apenas uma consequência. A não-notificação da enfermidade, dado importante, pode ter ocorrido por deficiências existentes no Serviço Veterinário Oficial do País, não significando, portanto, ausência da enfermidade. Essa situação gera o risco de se perderem todos os avanços conquistados ao longo de anos de trabalho.

Os diversos programas trabalhados na estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) têm relações entre si, principalmente na área de defesa animal. Um exemplo clássico seria a febre aftosa, uma enfermidade de bovinos, mas a que os suínos, caprinos, ovinos e outras espécies fissípedes são suscetíveis. Isso denota que esses programas deveriam ser conduzidos harmonicamente, por terem implicações uns sobre os outros.

A ação “Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura” teve um baixo desempenho físico, apesar do bom desempenho financeiro. Isso ocorreu porque a ação depende de convênios com os órgãos executores nas diversas Unidades da Federação, que foram celebrados apenas ao final do ano. A ação deve ser trabalhada dia a dia, por ser basicamente preventiva ou fiscalizadora, não sendo possível a reversão dos prejuízos.

Apesar de não existir um mecanismo oficial para medir a satisfação do público, em diversas oportunidades ocorrem insatisfações, por motivos diversos, mas principalmente por crise de autoridade e morosidade nas decisões ou execução de ações, as quais são atribuídas a interferências político-administrativas ou deficiências estruturais em órgãos executores.

O indicador “Peso Médio da Carcaça de Suíno” não é adequado para medir o desempenho da ação, pois é um número fixado por razões comerciais. Para manter os padrões dos cortes industriais, o peso da carcaça não pode variar muito. Assim, seriam exemplos de índices importantes para medir o desempenho: “Idade Média de Abate”, que expressaria os ganhos de precocidade da espécie suína; “Taxa de Conversão Alimentar”, que denotaria a evolução da capacidade do animal em produzir proteína nobre; “Leitões Produzidos por Matriz/Ano”, que ressaltaria a capacidade de produção e rendimento de carcaça.

A denominação do indicador “Número de Suínos Exportados” não corresponde ao número informado, que se refere à quantidade de produto de origem suína exportada, que deveria ser a denominação empregada. O item “Número de Suínos Exportados” deve ser mantido, pois também são exportados suínos vivos para reprodução.

O atraso nas liberações dificulta a execução das ações planejadas. Nos casos de pesquisas e, principalmente, quando a ação trabalha a defesa animal, a descontinuidade dos repasses compromete seriamente o esforço despendido ao longo de anos, para evitar a reintrodução de enfermidades em zonas livres, fragilizando a vigilância epidemiológica de doenças exóticas.

As ações “Fomento de Material Genético” e “Organização e Capacitação de Agentes” foram totalmente prejudicadas. A ação referente à pesquisa foi prejudicada em sua qualidade e a ação “Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças” teve seus convênios firmados apenas ao final do ano.

As ações, de modo geral, foram prejudicadas devido aos cortes orçamentários, ao contingenciamento e à dificuldade na efetivação de convênios com órgãos executores. Mesmo a ação ligada à pesquisa, que tem seus recursos garantidos, foi prejudicada pela liberação extemporânea dos recursos financeiros.

Há dificuldades quanto à celebração de convênios e à falta de comprometimento político dos Estados, principalmente nas regiões Nordeste e Norte do país. Há necessidade de leis que resgatem a autoridade do MAPA para que indefinições como as que ocorreram quando do foco de febre aftosa no Estado do Paraná, não prejudiquem todo o País.

O quadro funcional necessita de técnicos para acompanhar mais de perto as atividades desempenhadas pelos órgãos executores. Na grande maioria dos Estados, tanto nas Superintendências Federais de Agricultura, como nos órgãos executores, o quadro funcional é pequeno e necessita de renovação, pois muitos funcionários estão em vias de se aposentarem. Nos órgãos estaduais essas necessidades muitas vezes são supridas por contratações temporárias, que além de não darem a segurança necessária ao funcionário, principalmente quando suas atividades são na área de fiscalização, não podem aproveitar a experiência adquirida, desperdiçando inclusive recursos utilizados para treinamentos. Esse é o quadro existente diante de crescentes exigências impostas pelo comércio internacional. As equipes executoras e a gerencial necessitam de treinamentos.

Os órgãos do Ministério precisam de uma maior interação, como também, de funcionários técnico-administrativos.

Alguns órgãos executores não disponibilizaram os dados por falta de convênios, deficiências estruturais e, inclusive, falta de treinamento para a concepção do programa, devido à troca do responsável pelo repasse das informações. A interação da gerência com as coordenações muitas vezes são dificultadas. Geralmente os contatos são realizados com os responsáveis técnicos pelas ações.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

## RECOMENDAÇÕES

- Revisar os processos internos para celebração de convênios do MAPA, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

- Melhorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados.
- Melhorar o processo de levantamento e consolidação das informações das ações.
- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Viabilizar treinamento para as equipes executoras e a gerencial.
- Realizar a condução harmônica dos diversos programas do MAPA.
- Aumentar a interação entre os órgãos do MAPA.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações “Fomento ao Uso de Material Genético”, “Organização e Capacitação de Agentes Atuantes” e “Transferência de Tecnologia”, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

## DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAÍZES E OUTRAS ESPÉCIES VEGETAIS

### OBJETIVO

Elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores, associações de produtores, agroindústrias, pesquisadores e extensionistas.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 8.157.117,00	Empenho Liquidado: R\$ 6.705.996,00 Pago estatais: - Total: R\$ 6.705.996,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ARROZ

Unidade de medida: kg/ha  
Último índice apurado: 3.671 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 3.757

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Alta.

#### 2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TRIGO

Unidade de medida: kg/ha  
Último índice apurado: 2.063 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 3.730

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**  
Média.

#### 3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MILHO

Unidade de medida: kg/ha  
Último índice apurado: 3.442 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 4.640

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Média.

#### **4. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SORGO**

Unidade de medida: kg/ha

Último índice apurado: 2.112 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3.626

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Baixa.

#### **5. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE FEIJÃO**

Unidade de medida: kg/ha

Último índice apurado: 789 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 920

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Média.

#### **6. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MANDIOCA**

Unidade de medida: kg/ha

Último índice apurado: 13.400 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 13.740

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Média.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

As restrições para incorporação de novas áreas para a agricultura, aliadas à crescente demanda interna e externa por cereais e outras espécies vegetais para consumo humano e animal, tornam fundamental o aumento da produtividade, por meio da disseminação de novas tecnologias geradas pela pesquisa. O programa é extremamente importante, pois a competitividade do agronegócio de cereais depende dos resultados da pesquisa e do efetivo controle de pragas para que, além do aumento de produtividade, haja estabilidade de produção.

## **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aumento de 5,8% na produtividade das lavouras de feijão.
- Aumento de 3,4% na produtividade das lavouras de arroz.

## **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

Em relação aos indicadores, houve forte redução na área de cultivo do arroz, especialmente na região centro-oeste, devido às dificuldades de comercialização na safra 2004/05. Entretanto, a produção cresceu, fato que teve por base o aumento da produtividade. Em 2005 ocorreu a maior safra de arroz da história, gerando

excedentes que deprimiam os preços. A produção do trigo tem seguido uma tendência negativa, devido aos problemas de comercialização, fato que prejudica a produtividade. Além disso, houve redução de cerca de 14% na área de cultivo, em função das dificuldades de comercialização na safra 2004/2005. A produção prevista tem estimativa de queda em 16%.

A produção de milho foi afetada pela estiagem, principalmente no Paraná, maior produtor brasileiro. Espera-se um aumento de área cultivada com feijão para a safra 2005/2006. Na região nordeste, que participa com 24% da produção, espera-se redução de área plantada, mas aumento de produção. Para a região sudeste, que participa com 25%, espera-se um aumento de área, principalmente em São Paulo, maior produtor da região. E para a região sul, que detém 43% da produção nacional, estima-se um aumento de área. A safra 2004/2005 sofreu com condições adversas de clima, principalmente no nordeste e no sul. A produtividade das lavouras de mandioca permanece em um patamar estável.

Dentro da ação “Organização e Capacitação de Agentes”, houve: a contratação de dois novos projetos de produção irrigada; a contratação de um projeto de monitoramento agropecuário por satélite com Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento por Satélite (EMBRAPA/CNPM); apoio à realização do projeto de capacitação rural na atividade sisaleira pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração (SENAR); apoio à realização do projeto de desenvolvimento integrado do bambu no Mato Grosso do Sul pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Na ação “Transferência de Tecnologia” houve o lançamento, a demonstração e a disponibilização de sementes de novos cultivares e híbridos a técnicos e produtores rurais; a realização de eventos voltados para a transferência de tecnologia e conhecimento sobre sistemas de produção, cultivo e comercialização. Na ação “Fomento ao Uso de Material Genético”, houve a contratação de projetos de estudos de apoio ao agronegócio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/AC (CNPq/AC); e apoio à realização do XIV Congresso Brasileiro de Sementes, em Foz do Iguaçu/PR. Nas ações “Fomento ao Uso de Material Genético” e “Organização e Capacitação de Agentes”, houve contingenciamento de recursos, o que limitou a sua abrangência. Dentro da ação “Transferência de Tecnologia”, o conjunto de atividades permitiu que os integrantes do segmento da produção primária tivessem à sua disposição informações, tecnologias e conhecimentos mais recentes sobre o cultivo de cereais e raízes, passíveis de aplicação direta na sua atividade. Seu desenvolvimento ocorreu nas unidades da Embrapa e as demandas atendiam a público-alvo pré-definido.

Devido ao contingenciamento dos recursos, a abrangência do programa foi afetada e, conseqüentemente, a satisfação do beneficiário. O monitoramento das ações é realizado a cada dois meses, via sistema SIPLAN do Ministério.

A ação “Transferência de Tecnologia” sofreu com a irregularidade do fluxo programado, mas atingiu 80% das metas previstas. O contingenciamento de recursos prejudicou a execução das metas físicas das ações “Organização e Capacitação de Agentes” e “Fomento ao Uso de Material Genético”.

No início do ano, quando os recursos ainda não haviam sido liberados, os parceiros não-governamentais foram fundamentais no apoio ao desenvolvimento das ações. A participação social no programa ocorre por meio da realização de dias de campo,

palestras e treinamentos. As ações desenvolvidas visaram a capacitar todos os agentes da cadeia produtiva. A satisfação do beneficiário é avaliada por meio de questionários e os resultados apurados servem para adaptação e melhorias futuras de conteúdo, linguagem e infra-estrutura.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação “Prevenção e Controle de Pragas”, o órgão setorial deve atuar junto ao coordenador de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

## DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

### OBJETIVO

Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 8.903.011,00	Empenho Liquidado: R\$ 6.403.822,00 Pago estatais: - Total: R\$ 6.403.822,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. ÁREA PLANTADA COM MAMONA, DENDÊ E AMENDOIM

Unidade de medida: ha  
Último índice apurado: 247.300 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 350.000

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixo.

#### 2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SOJA

Unidade de medida: kg/ha  
Último índice apurado: 2.627 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 2.940

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média.

#### 3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ALGODÃO

Unidade de medida: kg/ha  
Último índice apurado: 3.147 em 2005  
Índice previsto ao final do PPA: 3.692

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Alta.

#### **4. ÁREA PLANTADA COM ALGODÃO E SISAL**

**Unidade de medida:** ha

**Último índice apurado:** 1.162.486 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 1.094.860

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Alta.

#### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A conquista da liderança do mercado internacional do complexo de soja e a evasão de divisas com a importação de óleo diesel mineral, a despeito das excepcionais condições edafoclimáticas brasileiras e da diversidade de culturas oleaginosas, credenciam o país como o de maior potencial para produção de biodiesel, além de outras explorações possíveis para a biomassa (fins alimentícios, químicos e para fabricação de fertilizantes).

Atualmente a produção de oleaginosas restringe-se principalmente à cultura de soja, cuja produção apresentou crescimento bastante significativo nos últimos anos, transformando-a em um dos principais produtos de exportação do país. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas, que podem servir de alternativas, principalmente para os agricultores menos capitalizados, que, além de absorver mão-de-obra em toda a sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda. Destacam-se, dentre essas culturas, a mamona, o dendê, o girassol e o algodão. As condições edafoclimáticas do país são consideradas favoráveis para a produção dessas espécies, que poderão ser exploradas para a produção de biomassa para fins alimentícios, químicos, energéticos e para fabricação de fertilizantes. As oleaginosas podem servir, inclusive, de matéria-prima para produção de óleo diesel vegetal.

Estudos internacionais, divulgados por diversas fontes, incluindo o National Biodiesel Board (NBB), relatam que o Brasil é o país com maior potencial mundial de produção de biodiesel, possuindo a capacidade de substituir até 60% da demanda mundial atual de óleo diesel mineral. Caso se considere somente a floresta de babaçu, que possui uma área nativa de 17 milhões ha, é possível produzir 40 milhões de toneladas anuais de coco, equivalendo a 17 mil toneladas anuais de óleo, capazes de produzir 20 bilhões de litros anuais de biodiesel. Pode-se considerar que o Brasil, por meio deste programa, em médio prazo, passará de importador de óleo diesel mineral para exportador de biodiesel, a partir da transformação da matéria-prima em produto acabado, melhorando o desempenho na balança comercial, além de produzir outros produtos agregados.

#### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Incremento da área plantada com algodão e sisal em 17,8%.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A área plantada com dendê não está sendo identificada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- Para o algodão, em relação à safra 2004/2005, houve uma queda de 30% na área plantada, fato atribuído às dificuldades com o preço e à mudança do comportamento dos produtores, que vêm apostando mais na cultura da soja.
- A área de mamona sofreu redução de 39,8%, diferentemente do que se esperava, tendo em vista o incentivo à produção de biodiesel.
- Após 8 anos consecutivos de incremento, nesta safra registra-se 5% de redução de área plantada, prejudicando a produtividade da soja. O baixo rendimento deve-se também aos efeitos climáticos.
- Mesmo com as dificuldades de comercialização, a produtividade média das lavouras de algodão supera os níveis de produtividade obtidos na safra passada.
- Na ação “Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas” obteve-se a ampliação do Consórcio Antiferrugem para o controle da ferrugem asiática da soja.

Na ação “Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas” foram realizados:

1. Capacitação de profissionais e técnicos nas regiões sul, centro-oeste e nordeste sobre os mais recentes resultados das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), envolvendo culturas de oleaginosas e plantas fibrosas com foco nas espécies canola, mamona, gergelim, algodão e soja.
2. Dias de campo, treinamentos, unidades demonstrativas e vitrines tecnológicas voltados para a transferência de tecnologias e conhecimentos sobre sistemas de produção, produção de sementes, manejo integrado de pragas e fitossanidade para todos os produtores rurais das regiões mencionadas.

Na ação “Organização e Capacitação de Agentes Atuantes”, foram contratados novos projetos de produção integrada de soja no Estado do Paraná e de amendoim em São Paulo, Ceará e Paraíba. Na ação “Prevenção e Controle de Pragas”, os resultados foram acima do esperado: a meta de treinar 2 mil agentes multiplicadores da assistência técnica (40 turmas x 50 treinandos), que treinariam 100 mil produtores líderes (2 mil agentes x 50 treinandos), foi amplamente superada. Os dados registram o treinamento de 5.642 técnicos do Consórcio, que repassaram a outros 38.583 produtores líderes os conhecimentos adquiridos. Possivelmente, todos os 240 mil produtores de soja do país receberam algum tipo de informação disponibilizada pelo Consórcio, cujas atividades executadas ao longo do ano agrícola 2004/2005 despertaram interesse dos técnicos, tendo mais agentes integrados ao grupo inicial. Na Reunião Anual do Consórcio Antiferrugem já eram 120 membros oriundos de 86 instituições de pesquisa, ensino e assistência técnica. Além dos especialistas, 30 laboratórios de diagnose foram convidados a participar da iniciativa, com o objetivo de confirmar a presença da praga nas amostras coletadas por técnicos e produtores,

no entanto, ao longo do ano, outros 29 laboratórios solicitaram sua integração ao Consórcio, totalizando 59 em maio de 2005.

Em relação à ferrugem asiática, a situação mostra que diversas ocorrências foram constatadas no início do desenvolvimento da doença, possibilitando o controle adequado. As informações disponibilizadas na rede e a capacitação oferecida aos técnicos e produtores contribuíram para o monitoramento correto das pragas.

As metas físicas previstas são insuficientes para o alcance das ações, que contemplam duas das principais commodities brasileiras, a soja e o algodão. O país cultiva mais de 20 milhões de hectares com soja e mais de 1 milhão de hectares com algodão. Há ainda as outras oleaginosas de menor área cultivada, mas que vêm ganhando importância econômica com o advento do biodiesel.

A unidade de medida da ação “Transferência de Tecnologia” é “tecnologia transferida”, que, isoladamente ou sem uma descrição mais precisa, não é a mais adequada, pois não permite quantificar o número de beneficiários diretos e indiretos da ação nem tampouco o grau de adoção dos conhecimentos e tecnologias transferidos. Por outro lado, o grau de adoção é de difícil aferição, pois o processo de apropriação pelos beneficiários é gradual e pode se estender por vários anos em consequência de ações realizadas uma só vez.

A ações são monitoradas internamente a cada dois meses por meio do sistema SIPLAN do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Com relação ao cumprimento das metas físicas na ação “Prevenção e Controle de Pragas”, os recursos foram contingenciados e tardiamente liberados. Não houve recursos para o acompanhamento do final da safra, que ocorre no primeiro trimestre do ano. Quando os recursos são liberados, praticamente já se encerrou a colheita nos Estados. As ações “Organização e Capacitação de Agentes” e “Fomento ao Uso de Material Genético” tiveram seus recursos contingenciados. Na ação “Transferência de Tecnologia”, a meta prevista de 25 eventos não foi atingida em função da não-liberação dos recursos orçamentários previstos. Conseqüentemente, somente 18 das 25 metas foram cumpridas (72%). Na ação “Prevenção e Controle de Pragas” os recursos para convênios são sempre insuficientes. Na Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA) não foram programados recursos para investimento e somente puderam ser contemplados convênios com recursos para custeio.

Houve contato entre a gerência do programa e os executores das unidades administrativas, mas a interação pode ser melhorada com reuniões periódicas, discutindo as ações, as metas e a busca de recursos. Parceiros não-governamentais aportam grandes somas de recursos, no caso da ação de prevenção e controle de pragas. As multinacionais do setor chegam a superar o investimento do ministério no controle de pragas, promovendo o treinamento de produtores, realizando palestras e cursos e equipando laboratórios. A sociedade civil participa de reuniões, palestras e dias de campo, representada por entidades de classe (associações de produtores rurais e conselhos profissionais). Os melhores resultados desta parceria estão no campo, principalmente nas ações que não tiveram recursos liberados e contaram com a iniciativa privada, como a “Prevenção e Controle de Pragas” e a “Transferência de Tecnologia”.

Nos eventos de treinamento, são aplicados questionários para avaliação da satisfação

dos beneficiários e a consolidação destas informações permite a adaptação e melhoria futura do conteúdo, linguagem, formato e infra-estrutura do treinamento. As ações têm o objetivo de melhorar a produção de plantas oleaginosas e fibrosas, auxiliando tecnicamente o produtor. Busca-se fazer isso dentro do orçamento programado e com avaliação conjunta de técnicos e produtores, para se ter a certeza de que o trabalho atingiu o fim esperado.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações “Fomento ao Uso de Material Genético”, “Organização e Capacitação de Agentes Atuantes” e “Transferência de Tecnologia”, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

## DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO

### OBJETIVO

Garantir a estabilidade de preços e do abastecimento interno de álcool e de açúcar e aumentar as exportações de álcool combustível.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 526.283.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 21.017.503,00 Pago estatais: - Total: R\$ 21.017.503,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. VOLUME DAS EXPORTAÇÕES DE ALCÓOL

Unidade de medida: m<sup>3</sup>

Último índice apurado: 2.592.293 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3.000.000

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Embora tenha havido forte crescimento do mercado externo para o álcool (indústria química e uso como aditivo para combustíveis), o que sugeriria a possibilidade de se ultrapassar as metas de exportações, a demanda interna por álcool combustível, impulsionada pelos veículos *flex-fuel*, constitui o grande óbice à disponibilidade de produto para exportação. Registre-se que o setor realiza altos investimentos na expansão da capacidade produtiva, mas as vendas destes veículos já representam 75% do mercado e superaram todas as expectativas. Com isso, a menos que os preços internacionais para o álcool sejam suficientemente altos, de forma a motivar os consumidores domésticos a optarem por gasolina, haverá dificuldades para se continuar aumentando as exportações nos próximos anos.

#### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ALCÓOL ANIDRO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 24,52 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Baixa. A elevação dos preços internacionais do petróleo, combinada com movimento similar no mercado de açúcar, provocou forte aumento nos preços domésticos do açúcar e do álcool. A volatilidade em 2005 foi muito elevada, mas acredita-se que nos próximos anos isso não ocorrerá, pois há expectativa de que a demanda continue crescendo, permitindo padrões mais elevados de preços, inclusive durante a safra. A redução da volatilidade não reverterá em benefício para os consumidores, que deverão arcar com preços médios mais altos. Neste sentido, o aporte de recursos para financiamento à estocagem de álcool pode ajudar decisivamente no sentido de minimizar os riscos de desabastecimento durante a entressafra..

**3. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL HIDRATADO**

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 27,26 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Baixa. Com a elevação dos preços internacionais do petróleo e do açúcar, o mercado doméstico deverá trabalhar com preços mais altos para o álcool hidratado, utilizado como substituto à gasolina. A taxa de crescimento do consumo dependerá da relação de preços com a gasolina. Essa relação tende a se manter desfavorável ao álcool durante a entressafra, dado que a frota de veículos flex-fuel e o consumo potencial estão crescendo muito rapidamente, a procura internacional está muito aquecida e o Brasil é o único país em condições de exportar grandes volumes. Com isso, mesmo com o esperado crescimento da produção, caso não haja mecanismos para estimular a formação de estoques, a tendência é de grande volume de exportações durante a safra, o que resultará na redução da oferta interna na entressafra. Isso redundará em elevada flutuação de preços. Destaque-se que os preços internacionais remuneradores, combinados com o elevado custo financeiro (taxa de juros) da estocagem, tornam difícil para a maioria das unidades produtoras manter estoques para abastecer o mercado na entressafra.

**4. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO AÇÚCAR CRISTAL**

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 20,25 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Baixa. O mercado internacional de açúcar vive um período de forte alta de preços (maiores preços dos últimos 12 anos). Ainda não há informações concretas que permitam afirmar se trata-se de um movimento especulativo ou de uma nova tendência, motivada pela concorrência do álcool na destinação das matérias-primas, como no caso brasileiro e da própria União Européia, que deverá aumentar a produção de álcool a partir da beterraba, matéria-prima do açúcar produzido nos países de clima temperado. Há, entretanto, a convicção de que, aos preços atuais, é viável o retorno de velhos produtores ao mercado, como é o caso de Cuba, que chegou a exportar mais de 7 milhões t/ano nos anos 90 e produziu pouco mais de 2 milhões t no ano passado. Com o retorno desses produtores, há a possibilidade de que os preços recuem, mas a tendência de aumento na produção e no uso do álcool

gera dúvidas quanto às condições dos produtores tradicionais para atendimento às demandas dos dois mercados. É muito difícil avaliar o comportamento do mercado nos próximos anos, pois os próprios contratos futuros não são um parâmetro seguro.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a completa desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 90, o governo abdicou do controle direto sobre a produção e a comercialização, tanto da matéria-prima (cana-de-açúcar) quanto dos produtos finais (açúcar e álcool). Entretanto, é fundamental que se disponha de mecanismos de monitoramento para identificar eventuais fatores de desequilíbrios e adotar, preventivamente, os instrumentos mais adequados à sua correção, fomentando a produção ou regulando o mercado. Nesse contexto, o álcool combustível passou a ser o elo mais frágil da cadeia produtiva, sofrendo diretamente os reflexos dos desequilíbrios causados pela sazonalidade da produção, pelos altos custos da formação e do carregamento de estoques e pelo pequeno fluxo de comércio internacional, podendo gerar crises de abastecimento interno de um produto estratégico na matriz energética do país. Como o álcool combustível não possui um produto substituto, o consumidor final torna-se cativo e tem uma chance muito limitada de reagir a eventuais manipulações de preços. Outro problema a ser equacionado diz respeito à logística de escoamento do produto. A produção está concentrada em determinadas regiões, enquanto o consumo ocorre em todo o país, provocando uma elevação do preço do produto ao consumidor final nas localidades distantes das regiões produtoras. Além disso, nos anos de safras muito grandes, há sempre os riscos de queda de preços, reduzindo a rentabilidade da atividade ou, até mesmo, tornando-a negativa. Isso leva à descapitalização dos produtores rurais e à redução do nível de renda dentro da cadeia produtiva, com fortes impactos sobre a geração de postos de trabalho e a remuneração dos trabalhadores, bem como compromete a regularidade futura da produção.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento da produção sucroalcooleira: 386 milhões t de cana processadas, resultando em 26,4 milhões t de açúcar e 15,9 bilhões l de álcool.
- Recorde histórico das exportações do complexo sucroalcooleiro: 18,2 milhões t de açúcar e 2,6 bilhões l de álcool, resultando em receitas da ordem de US\$ 4,7 bilhões.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os dados referentes à produção e às exportações vêm crescendo dentro do esperado. Entretanto, com o lançamento dos veículos flex-fuel e a elevação dos preços internacionais do açúcar, o segundo semestre de 2005 foi caracterizado por alta nos preços do açúcar e do álcool. No caso do álcool, o risco de desabastecimento causou grandes preocupações no âmbito do governo, especialmente porque a elevação dos preços - instrumento natural para retrair a demanda - poderia impactar as metas inflacionárias. Como não houve a aplicação dos recursos destinados ao financiamento da estocagem de álcool (recursos que seriam relativamente insuficientes, considerando-se o baixo volume de produto e permitiriam retirar do mercado somente a quantidade correspondente a menos de um mês de consumo), o

governo não dispôs de meios para tentar regular o abastecimento na entressafra. Com a demanda externa aquecida e uma quebra na produção em relação à inicialmente prevista (embora tenha atingido um recorde), ficou comprometido o abastecimento, o que se refletiu nos preços.

O complexo agroindustrial sucroalcooleiro constitui, atualmente, um dos segmentos de maior dinamismo na economia brasileira. Além de ter registrado recorde histórico de produção, há pelo menos 50 novas unidades em fase de implantação, que entrarão em operação até 2008. Esse ritmo de crescimento supera as expectativas de 4 anos atrás. Entretanto, a vitória do Brasil, juntamente com a Austrália e a Tailândia, no painel contra a União Européia - quando se questionou o regime açucareiro europeu - combinada com o crescimento do consumo per capita na Ásia e o crescente interesse pelo álcool combustível, leva a crer que os próximos anos serão de grandes perturbações no mercado doméstico de açúcar e álcool. Para amenizar o problema é fundamental a parceria com outros produtores, no sentido de dar suporte técnico para que sigam a experiência brasileira de produção de açúcar e álcool de forma integrada, aumentando a oferta internacional e reduzindo o risco de dependência em relação à produção brasileira.

O principal instrumento no âmbito do programa é o financiamento à estocagem de álcool combustível, que não foi implementado na safra passada, impedindo o atendimento ao público-alvo. Da mesma forma, no que diz respeito à inspeção e certificação de unidades produtoras, a ausência do marco regulatório impossibilita a implementação das atividades programadas. Quanto ao controle de pragas da cana-de-açúcar, apesar da restrição orçamentária, foi feito o monitoramento. Os recursos não teriam permitido adotar quaisquer ações para conter uma eventual propagação de pragas, caso elas houvessem se manifestado.

Como o financiamento e a equalização da estocagem de álcool combustível, que produziam efeitos positivos em termos de satisfação dos usuários, não foram implementados; estão insatisfeitos tanto os produtores, que não contaram com os recursos a baixo custo, quanto os consumidores, que assistiram a um forte movimento de alta nos preços, devido à ausência de estoques reguladores. Entretanto, o ambiente de mercado sugere que os preços de equilíbrio serão muito mais favoráveis aos produtores do que aos consumidores, uma vez que os preços do petróleo estimulam o consumo do álcool, motivando a alta dos seus preços. A procura por álcool, por sua vez, contribui para reduzir a oferta de açúcar, cujos preços também sobem.

As metas físicas devem ser consideradas de forma dinâmica. Quando se considera a política de financiamento à estocagem como instrumento para regular preços, especialmente para conter os aumentos na entressafra, é fundamental que a dotação orçamentária permita retirar do mercado um montante equivalente a pelo menos 2 meses de consumo,  $\frac{1}{3}$  do consumo previsto na entressafra. Como os recursos não permitem fazer isso, especialmente porque a demanda vem crescendo em ritmo acelerado e a dotação orçamentária continua a mesma dos últimos 4 anos, existe uma natural dificuldade. Entretanto, além de limitados, os recursos não foram aplicados na safra passada.

Há uma grande dificuldade de encontrar indicadores apropriados para o programa. Os indicadores utilizados, embora sinalizem bem o que está acontecendo com o setor, não permitem estabelecer correlação entre o comportamento do mercado e

as ações do programa. Como o açúcar é uma commodity e o álcool está seguindo o mesmo caminho, os preços são formados muito mais por ação de fatores externos do que pela eventual intervenção pública, a partir da utilização de instrumentos de regulação.

O programa precisa ser reavaliado, no sentido de se definir qual o seu propósito fundamental. Ao buscar promover o desenvolvimento do complexo sucroalcooleiro, sua principal motivação é promover o desenvolvimento equilibrado da atividade, de forma a assegurar o abastecimento doméstico de álcool, devido à sua natureza estratégica enquanto combustível, num ambiente em que os preços do açúcar no mercado externo são mais remuneradores. Dessa forma, além das linhas de crédito à produção com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é fundamental a oferta de instrumentos de regulação, de forma a assegurar a atratividade da produção do álcool. Dentro dessa perspectiva do financiamento à estocagem (redução do custo de carregamento dos estoques que abastecerão o mercado na entressafra), é preciso desenvolver instrumentos sinalizadores de preços (contrato de opções, por exemplo) e, eventualmente, a formação de estoques reguladores públicos. Os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) poderiam contemplar a aquisição, o pagamento dos custos de armazenagem e a contratação de certificadora responsável pela garantia dos estoques. Adicionalmente, o programa deve ser aperfeiçoado dentro do contexto da busca da maior eficiência energética, ou seja, poderia haver recursos para desenvolvimento de pesquisas específicas, como a conclusão da rota tecnológica da produção de álcool por hidrólise lignocelulósica, uma excelente alternativa para aproveitamento do bagaço e da palha da cana.

Do ponto de vista da regulação do mercado de combustíveis, o único instrumento operacionalizado com recursos da CIDE é o financiamento à estocagem de álcool. Para que a regulação tenha mais eficácia é preciso que haja flexibilidade para a adoção dos instrumentos mais apropriados para cada situação, como contratos de opções, prêmios para o escoamento da produção, financiamento à produção por meio de Cédulas do Produto Rural (CPRs), financiamento à estocagem e, eventualmente, aquisições e vendas. Dessa forma, é ideal que haja uma ação, com limites definidos para despesas correntes e inversões financeiras, mas com flexibilidade para a escolha entre os instrumentos. Isso, naturalmente, significa certa perda de controle por parte da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), na medida em que não seria possível estabelecer uma relação linear entre despesas correntes e inversões financeiras, caso comum quando se opta por contratos de opções.

A definição dos indicadores está diretamente relacionada à capacidade que as ações têm de interferir no produto final. Se o programa contasse com dotação orçamentária suficiente para promover a regulação de preços e estimular a expansão do setor, o indicador mais razoável seria “Taxa de Crescimento do Setor (Volumes de Produção)”, subdividida em importantes aspectos, a saber: crescimento das exportações, crescimento da participação do álcool na matriz energética e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do setor. Complementarmente, uma vez que se trata mais de meio do que fim, poderiam ser usados indicadores complementares, tais como “Número de Unidades Inspeccionadas e Certificadas”, “Área Controlada (Controle de Pragas)” e, num contexto de conservação ambiental, “Taxa de Redução da Área onde a Queimada ainda é Praticada (queimada que antecede o corte da cana)”.

O programa, atualmente, tem um escopo muito pequeno em relação às dimensões econômica, ambiental e social do setor. A dotação orçamentária das ações permite um certo nível de interferência no objeto, como no caso do financiamento à estocagem de álcool combustível. A dotação dessa ação dos últimos anos permitiria contemplar menos de 10% da produção (menos de um mês de consumo), o que é muito pouco, considerada a sazonalidade da produção e a atratividade dos mercados externos de açúcar e, mais recentemente, do álcool.

O programa está baseado em três ações, coordenadas por diferentes órgãos. No caso da “Prevenção e Controle de Pragas da Cana-de-Açúcar”, o órgão responsável, Departamento de Saúde Animal (DSA), também tem a missão de gerenciar ações semelhantes, envolvendo outros produtos agrícolas. Como há restrições orçamentárias, ao estabelecer prioridades, o setor sucroalcooleiro fica em segundo plano, porque os riscos são significativamente menores (se comparados com os da fruticultura, por exemplo). No caso da ação “Inspeção e Certificação de Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool”, o órgão responsável, o Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal (DDIV), esbarra no problema da ausência de marco regulatório. Por fim, quanto à ação “Financiamento e Equalização de Taxas de Estocagem de Álcool”, a aplicação dos recursos depende da aprovação das regras pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que requer a iniciativa de algum dos Conselheiros, em especial o Ministro da Fazenda. No ano passado, por entender que a aplicação desses recursos não seria prioritária, dado o contexto de aperto fiscal, o Ministério da Fazenda (MF) não submeteu ao CMN a minuta de voto encaminhada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A ausência de marco regulatório e insuficiência de dotação orçamentária impediram o cumprimento das metas físicas. No caso do programa, a conjuntura internacional desfavorável acabou por provocar forte volatilidade nos preços. Ainda que houvesse dotação orçamentária suficiente para implementar o programa de financiamento à estocagem, dificilmente haveria condições de atingir as metas de redução das flutuações de preços. Essa tendência reproduzir-se-á nos próximos anos. Desse modo, a estocagem deve ter como foco a garantia do abastecimento interno.

Os problemas estão relacionados muito mais aos volumes do que ao fluxo dos recursos. Exceção deve ser registrada em relação aos recursos para o financiamento à estocagem de álcool combustível, que não foram liberados.

Em relação aos recursos descentralizados para a realização do levantamento de safra da cana, o desempenho é considerado médio, uma vez que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ainda está desenvolvendo uma metodologia para fazê-lo. Trata-se de um produto novo para a empresa, com algumas peculiaridades em relação aos grãos, em que se baseia a sua experiência. Dessa forma, especialmente no que diz respeito a uma apropriada avaliação da destinação da matéria-prima (açúcar ou álcool), ainda há deficiências a serem corrigidas.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” teve como principais itens de despesa o custeio do levantamento de safra da cana-de-açúcar e o pagamento das despesas de deslocamento da equipe técnica do Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia (DCAA). A execução só não foi maior devido aos limites de

gastos com diárias e passagens, o que impossibilitou a participação em importantes eventos internacionais no segundo semestre. Os limites da GAP são muito pequenos em relação à dotação do programa, porque a principal ação, “Financiamento à Estocagem”, custa mais de R\$ 524 milhões, dos quais R\$ 500 milhões são inversões financeiras. As despesas mais expressivas referem-se ao pagamento da equalização de taxas com as operações de financiamento do ano de 2004.

Os principais objetivos são: custear as despesas operacionais e administrativas do DCAA; permitir a contratação de alguns estudos de grande relevância, como o levantamento de safra da cana-de-açúcar, e pagar as despesas de deslocamento da equipe técnica do Departamento, visto que a GAP é a única fonte para este fim, custeando também as despesas relacionadas à atuação do departamento nas outras áreas da agroenergia, em especial, o biodiesel. Os estudos, além de permitirem um maior nível de conhecimento sobre a realidade do setor, geram informações de natureza oficial, permitindo que o governo fique independente de fontes privadas de informação. Já as despesas com deslocamento são fundamentais para promover a integração com o setor produtivo, interna e externamente, num ambiente em que cresce o interesse mundial em conhecer e copiar a experiência brasileira de produção e uso do álcool combustível.

A maior dificuldade está relacionada às agendas próprias de cada um dos órgãos responsáveis pela coordenação das demais ações. Fica difícil caracterizar as atividades desses órgãos que seriam imputáveis à GAP. Há exceções, como as eventuais despesas de deslocamento para inspeção de usinas, atividade não realizada devido à ausência de arcabouço regulatório. Da mesma forma, no caso da implementação do “Programa de Financiamento à Estocagem”, despesas com deslocamento para fiscalizar os estoques também poderiam ser custeadas. Já quanto ao controle de pragas, é difícil separar o que seriam ações pontuais (com foco no setor sucroalcooleiro) de ações sistêmicas (proteção vegetal como um todo).

### RECOMENDAÇÕES

- Criação da ação “Financiamento da Produção de Álcool e Açúcar (Recursos do BNDES)”.
- Agilização nas decisões do Conselho Monetário Nacional em relação às regras para o financiamento e equalização de taxas de estocagem de álcool.
- Criação do marco regulatório para a ação “Inspeção e Certificação de Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool”.

## DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL

### OBJETIVO

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor e da prestação de serviços.

### PÚBLICO-ALVO

Associações rurais e cooperativas.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 17.672.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 9.411.594,00 Pago estatais: - Total: R\$ 9.411.594,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS NO PAÍS

**Unidade de medida:** Porcentagem  
**Último índice apurado:** 10,24 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 14

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O aumento do número de associados foi mais evidente nas cooperativas dos ramos trabalho, crédito e saúde. O cooperativismo é cada vez mais reconhecido como uma solução para questões, tais como a falta de emprego e acesso ao crédito.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A função do cooperativismo é organizar econômica e socialmente os indivíduos na sociedade, cujos benefícios revertam-se em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Apesar de ser uma política instrumental, trata-se de um meio para, juntamente com outras iniciativas, impactar positivamente, em diversas dimensões, a vida dos seus beneficiários. Em primeira análise, pode-se destacar que, por si só, o cooperativismo e o associativismo podem diminuir a exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação social, econômica e política.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

Aumento na taxa de variação do número de cooperados no país, de 7% em 2004 para 10,24% em 2005.

## **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

A obtenção de resultados em 2005 ficou abaixo do esperado. A liberação tardia dos recursos contingenciados impossibilitou o atendimento de demandas, já que a equipe de pessoal disponível para análise de propostas não teve tempo suficiente para atender a todas. A performance da ação de promoção do cooperativismo foi prejudicada pelo contingenciamento dos recursos e pela não-liberação de recursos para as emendas previstas.

Um número significativo de dirigentes e empregados de cooperativas foram capacitados em gestão de negócios, principalmente no Nordeste, uma das regiões mais carentes do país. Apesar do número de entidades atendidas ter sido menor do que o previsto, em função da época da liberação dos recursos contingenciados, a priorização de entidades de representação das cooperativas e associações rurais viabilizou o atendimento de beneficiários acima do previsto.

O acompanhamento da execução das metas dos convênios firmados é realizado in loco por técnicos das Superintendências Federal de Agricultura nos Estados, por meio de delegação formal (Portaria). O relatório de acompanhamento encaminhado para Brasília é parte integrante da prestação de contas do convênio.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A demora na liberação dos recursos contingenciados fez com que houvesse uma concentração de trabalho num curto espaço de tempo, incompatível com a estrutura existente nas equipes executoras.

A demanda nacional por recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural, bem como a disponibilização dos recursos, é concentrada num curto espaço de tempo, necessitando de uma equipe adequada ao trabalho, que envolve análise e aprovação das propostas efetuadas.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os recursos utilizados pela ação “Gestão e Administração do Programa” (R\$ 686.555,00), viabilizaram as ações de representação do cooperativismo e do associativismo rural, por meio da participação em eventos sobre o tema e das despesas referentes ao acompanhamento da execução das metas dos convênios firmados nos Estados.

## **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

### OBJETIVO

Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau mediante o desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária regional.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 27.212.500,00	Empenho Liquidado: R\$ 17.955.858,00 Pago estatais: - Total: R\$ 17.955.858,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE OCUPAÇÃO NA AGROPECUÁRIA DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 35 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 36

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Conforme pode ser constatado no índice apurado em 2005, já se alcançou 97,2% do índice previsto ao final do PPA. Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a perspectiva do desempenho da economia para o ano de 2006 são favoráveis para o alcance do índice.

#### 2. RENDA AGROPECUÁRIA NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

**Unidade de medida:** R\$/ ha

**Último índice apurado:** 1.096 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 1.100

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. Aumento de 65% em comparação a 2005. No entanto, é necessário dar continuidade às atividades de fomento, de implementação de novas tecnologias, à capacitação produtiva, à mão-de-obra qualificada e ampliação de crédito para evitar retrocessos.

### 3. TAXA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 38 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 30

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Baixa. Considerando que essa atividade envolve questões multissetoriais, relações interinstitucionais, intergovernamentais, aspectos culturais, econômicos imediatos e sociais, dentre outros, exige-se uma ação conjunta e mudanças de paradigmas, que estão sendo construídas de forma participativa e coletiva para obtenção de resultados sustentáveis. É importante evidenciar que o programa da CEPLAC de Desenvolvimento Sustentável torna-se mais relevante por estar sendo executado nos dois grandes biomas do mundo, a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica.

O índice apurado no exercício apresentou uma defasagem de 8,57%. Vale ressaltar que o acúmulo e a forma da realização das ações apontam para um melhor desempenho dos índices nos anos seguintes.

#### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Este programa visa a recuperar a renda do produtor rural, por meio do aumento da produtividade do agronegócio, em especial do cacau e sistemas agroflorestais, contribuindo para a elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo assim as desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalhos, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo.

#### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aumento de R\$ 1.095,95 na renda agropecuária nas regiões cacaueiras do Brasil, o que representa um acréscimo de 65% em relação a 2004.
- Crescimento de 9% na taxa de ocupação na agropecuária das regiões cacaueiras do Brasil em relação a 2004.

#### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

O desempenho do programa ficou abaixo do esperado. A ação “Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa” apresentou execução física de 57,12%, com 98,29% da meta financeira, o que reflete um índice satisfatório da disponibilização orçamentária, mas que não corresponde à plenitude das demandas físico-financeiras da proposta inicial. A “Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Outros Sistemas Agroflorestais” alcançou 89,73% da meta física com 97,96% da meta financeira. A ação “Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Outros Sistemas Agroflorestais” atingiu 100% da meta física e 97,7% da financeira.

É importante justificar que o cronograma de liberação de recursos financeiros no início do exercício não atendeu à previsão orçamentária. Além disso, houve contingenciamento inicial de 70% do Limite Orçamentário, determinado pelo Decreto nº 5.379/2005. Todavia, para a ação de Gestão e Administração do Programa não houve interrupção no fluxo de recursos, que foram liberados quase totalmente. A execução de algumas ações finalísticas, por sua vez, como Controle da Doença

Vassoura-de-Bruxa, Sistemas Agroflorestais e Difusão e Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau foi viabilizada devido ao remanejamento de recursos, o que permitiu a continuidade das atividades de assistência técnica, extensão rural e educação produtiva. A partir de setembro de 2005 o repasse dos recursos foi regularizado para as demais ações.

Conveniente justificar, ainda, que o produto da ação “Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e outros Sistemas Agroflorestais” foi alterado de “Tecnologia Trabalhada” para “Tecnologia Desenvolvida”, mantendo-se a mesma meta física traçada (167), uma vez que se trata de promover o estudo, o acompanhamento, a adaptação e a aplicabilidade dos resultados das tecnologias experimentadas pelo técnico e/ou já em fase de adoção pelo usuário no campo e no laboratório, levando em conta, também, as novas tecnologias desenvolvidas. O número da meta traçada é muito alto para se desenvolverem novas tecnologias durante o exercício de 2005. Nesse caso, deve ser considerado o tempo de maturação de projetos de pesquisa abrangidos pelo programa, a maioria de médio e longo prazo, especialmente quanto a cultivos perenes. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) elaborou 161 projetos de pesquisa, ainda em execução, bem como adaptou 64 tecnologias.

Vale ressaltar que, para a avaliação do cumprimento das metas físicas, a situação climática na sua adversidade (seca e chuva) causou problemas nos 6 Estados onde a CEPLAC atua, especialmente para a ação “Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa”. No Espírito Santo, a chuva provocou uma maior intensidade da doença.

A seca na região norte do país dificultou o acesso por via fluvial às propriedades programadas. Além disso, o investimento pelos produtores/parceiros nas práticas de controle da enfermidade foi desmotivado pela queda do preço do cacau e pelas dificuldades de acesso ao crédito em função das exigências da averbação da reserva legal de propriedade e o fluxo descontínuo na liberação de crédito pelos bancos oficiais.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Dos R\$ 6.302.501,00 disponibilizados para a execução da ação “Gestão e Administração do Programa” (GAP), foram utilizados R\$ 6.272.523.

## **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

### OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária.

### PÚBLICO-ALVO

Governo.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 53.671.360,00	Empenho Liquidado: R\$ 43.318.423,00 Pago estatais: - Total: R\$ 43.318.423,00
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 11.502.445.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> R\$ 11.843.685.389,56

### INDICADOR(ES)

A metodologia não prevê indicadores para programas do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado. As atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais devem assumir especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Concessão de Crédito Rural no valor de R\$ 11.843.685.390 para 825.382 contratos.
- Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do Programa de Cooperação Nipo - Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, com 625 produtores atendidos a um custo de R\$ 7.313.859.
- Realização de 7 pesquisas de acompanhamento e avaliação de safras.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O total dos recursos utilizados na execução das ações do programa, R\$ 11.888.553.839, teve a seguinte composição: recursos orçamentários no valor de R\$ 43.318.423; restos a pagar de 2004 de R\$ 1.550.026; e recursos não-orçamentários de R\$ 11.843.685.390.

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado. Para a obtenção dos resultados propostos foram realizadas palestras, encontros, viagens e notas técnicas, seminários, eventos envolvendo organismos, entidades e governos nacionais e internacionais, prestação de assistência técnica aos produtores participantes do PRODECER, prestando-lhes orientação e acompanhamento em suas atividades agrícolas; apoio institucional nas demandas dos produtores e cooperativas; participação nas negociações dos saldos devedores dos produtores e cooperativas, junto aos agentes financeiros do programa; preparação e participação de visitas de autoridades governamentais aos projetos do PRODECER; integração das bases de dados; suprimento com infra-estrutura e equipamentos de TI ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); adequação dos sistemas de informação em produção à necessidade do MAPA; disponibilização, em perfeito funcionamento, dos sistemas de informação do Ministério; implantação da central de relacionamento e serviços do MAPA; atualização da base de dados; celebração de convênio de acesso ao portal Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); capacitação de 100% do total previsto para o exercício de 2005.

O desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido de extrema importância para o desenvolvimento das atividades conjuntas, porém o desempenho ainda é baixo. Para os Estados e Municípios, o problema é a falta de apoio à execução da infra-estrutura de escoamento da produção; e, no caso dos agentes financeiros, há dificuldades na renegociação da dívida dos produtores.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O programa utilizou R\$ 1.550.026,00 dos restos a pagar do exercício 2004 na execução de suas ações.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Tempestividade na liberação de recursos.

## MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA

### OBJETIVO

Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas, com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 2.250.805,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.046.168,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.046.168,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE UTILIZAÇÃO E MANEJO ADEQUADOS DO SOLO

**Unidade de medida:** Porcentagem

**Último índice apurado:** 25,33 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 29,56

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Os principais desafios para se atingir uma agricultura sustentável são a minimização dos impactos ecológicos decorrentes da perda da diversidade biológica pela retirada da cobertura natural; a redução da erosão e de outros processos de degradação do solo e seus reflexos sobre o ciclo hidrológico nas bacias hidrográficas, sobre as águas e, conseqüentemente, sobre as comunidades aquáticas; e o controle da utilização dos agroquímicos, os quais exercem efeitos deletérios cumulativos nas diversas cadeias tróficas.

A degradação do solo decorre da exploração sem observância de sua capacidade de uso, sem aplicação de tecnologias de manejo adequadas e do uso intensivo da motomecanização. Dentre as práticas que contribuem para essa situação destacam-se: a) desmatamento de encostas, matas ciliares e áreas de nascentes; b) locação e construção incorreta de estradas vicinais; c) desconhecimento por parte dos agricultores e do poder

público municipal acerca dos cuidados e tecnologias apropriadas para preservar o solo e reter a água das chuvas; d) escassez de crédito para investimentos em preservação ambiental; e) inexistência de instrumentos efetivos de política pública para a proteção de solo e água; f) baixa capacidade de organização dos pequenos agricultores para fazer frente às exigências relativas à gestão do negócio agrícola, manejo ambiental incluso, dentre outros.

As conseqüências traduzem-se em: a) perda do solo agricultável por meio da erosão e, conseqüentemente, de sua capacidade produtiva; b) redução da capacidade de recarga dos lençóis freáticos, com reflexos negativos na vazão dos cursos d'água; c) assoreamento de córregos, rios e lagos; d) redução da vida útil de represas; e) água de baixa qualidade para abastecimento urbano; f) aumento dos custos dos alimentos produzidos; g) empobrecimento do agricultor; h) abandono da terra; h) agravamento da situação do desemprego nos centros urbanos.

De acordo com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), somente o Estado de São Paulo perde, a cada ano, 194 milhões de toneladas de terras férteis. A quantidade de nutrientes perdida nessas terras equivale, em termos de fertilizantes, a algo em torno de US\$ 200 milhões. Esse quadro demonstra os prejuízos econômicos relativos apenas aos nutrientes carreados para fora da propriedade, sem considerar a perda da capacidade produtiva do solo ou a perda da matéria orgânica, fonte primordial de nitrogênio e responsável pela capacidade de troca catiônica (CTC) dos solos, além de constituir um forte indicativo dos demais impactos ambientais daí decorrentes.

Pesquisas realizadas no Estado do Paraná demonstram perdas de 15 a 20 t/ha/ano de solos em áreas intensamente mecanizadas, representando uma perda de nutrientes no valor de US\$ 250 milhões. Existem evidências de que a deposição de sedimentos, além de provocar o assoreamento dos mananciais e reduzir a capacidade armazenadora dos reservatórios, aumenta os custos de tratamento de água para o abastecimento urbano e afeta negativamente toda a ictiofauna regional. Outro aspecto importante a ser considerado é a ausência de práticas conservacionistas adequadas no âmbito das bacias hidrográficas, que aumentam em 50% o custo anual de manutenção das estradas vicinais, avaliado em US\$ 950/km/ano.

Somente na região dos cerrados, existem cerca de 31 milhões de hectares de pastagens, quase todas consideradas degradadas ou em processo de degradação. Essas pastagens mantêm uma capacidade de suporte que varia entre 0,5 e 1,2 UA/ha/ano. Dados da Fundação MS de Pesquisa demonstram que, após a recuperação desses solos num processo de Integração Lavoura-Pecuária em Sistema Plantio Direto, após 2 ou 3 anos de soja, é possível produzir 20 arrobas de carne no primeiro ano, diminuindo gradativamente a produção no segundo, terceiro e quarto anos, para, respectivamente, 14, 9 e 5,4 arrobas/ha/ano de carne, o que demonstra a importância da aplicação de tecnologia apropriada de manejo de solo para a sustentabilidade do processo produtivo e para o desempenho econômico da atividade na região.

Estimativas do Banco Mundial para o Estado do Paraná apontam para R\$ 10,70 por 10 mil m<sup>3</sup> de água tratada. A questão da água para consumo humano assumiu tamanha proporção, que hoje compõe a agenda de governos de diversos países, inclusive do Brasil, onde grande parte dos sistemas hídricos encontra-se em condições críticas devido a uma demanda crescente, associada ao excesso de carga de poluentes domésticos e industriais. O quadro atual do desenvolvimento socioeconômico do país demonstra,

de forma inequívoca, que a sustentabilidade das atividades agropecuárias está intimamente ligada ao uso e conservação do solo e dos sistemas hídricos, que deverão ser conduzidas dentro de um processo integrado e participativo de gerenciamento de bacias hidrográficas, tendo o setor público como definidor de políticas e promotor de investimentos, em uma atuação compartilhada com o setor privado, para garantir impactos positivos das inversões financeiras e de capital humano no uso sustentável dos recursos naturais renováveis, com benefícios para as gerações atuais e futuras.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento de 20% da área agricultável com uso e manejo adequado de técnicas de plantio direto e práticas conservacionistas.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Tendo em vista a ampla utilização de práticas de manejo e conservação de solo e água, a exemplo do plantio direto na palha, que atingiu no exercício de 2005 uma área beneficiada em torno de 20 milhões de hectares, hoje equivalente a cerca de 50% da área cultiva com grãos no país, estima-se que os índices previstos serão ultrapassados ao final do período previsto para o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

O programa atendeu a demandas regionalizadas, sobretudo quanto às questões relativas à capacitação de técnicos e produtores rurais no tocante ao manejo e conservação do solo e da água, bem como na recuperação de áreas degradadas. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançará em 2006 o programa “Integração Lavoura-Pecuária”, cujo objetivo é a recuperação de pastagens degradadas, tendo o plantio direto como principal sistema de produção, em que as práticas de manejo e conservação de solo e água constituem seu foco principal. Ademais, cabe salientar que o MAPA participa ativamente de Conselhos Nacionais, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos Interministeriais de Desenvolvimento, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), voltados para questões ambientais no processo produtivo, em especial na região do arco do desmatamento na Amazônia, na implantação da BR 163, na desertificação do semi-árido e revitalização do Rio São Francisco.

Com base nos recursos financeiros, a programação prevista foi executada, apesar das limitações orçamentárias e do atraso na liberação. Na ação “Organização e Capacitação de Agentes em Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais”, foram realizados cursos técnicos sobre manejo e conservação de solos, com objetivo de capacitar técnicos e produtores rurais. Na ação “Fomentos a Práticas de Manejo e Conservação de Solos na Agricultura”, foram realizados cursos técnicos e gerenciais para produtores, com vistas à recuperação de áreas degradadas e redução do processo erosivo. Foi previsto como meta física para o ano de 2005 um total de 10 mil produtores atendidos, porém este valor contemplava produtores atendidos de forma direta e indireta. É possível realizar o treinamento de apenas 211 produtores, em três eventos de capacitação, bem como o treinamento de produtores e técnicos rurais.

O programa é constantemente avaliado pela equipe da coordenação do MAPA, por meio de reuniões periódicas regionais com a participação das Superintendências

Federais de Agricultura e dos órgãos parceiros de pesquisa e assistência técnica, com vistas ao redirecionamento das ações. Reuniões regionais, contato permanente com os responsáveis pelo Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, visitas de acompanhamento aos projetos e reuniões com as entidades parceiras envolvidas com a execução do programa, são os mecanismos de monitoramento adotados para acompanhar o desempenho físico das ações.

O montante previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) não foi liberado em sua totalidade, o que prejudicou a execução. O contingenciamento dos recursos foi superior a 90% do inicialmente programado e a liberação ocorreu em pequenas parcelas.

A Portaria que limitou as despesas trimestrais para deslocamento e diárias inviabilizou o acompanhamento e monitoramento do programa nos Estados.

Os trabalhos técnicos nos deslocamentos e acompanhamento do programa poderiam ser mais eficazes caso a equipe dispusesse de computadores portáteis para registrar in loco os resultados alcançados e as dificuldades detectadas, bem como o uso de banco de dados em tempo real e aparelhos de GPS.

Foi constatada, durante as visitas aos Estados, a necessidade de melhoria na infraestrutura do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG) das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados para prover o apoio necessário à execução do programa.

A equipe gerencial carece de um maior número de fiscais federais agropecuários, tendo em vista a ampliação das atividades com a implantação do programa “Integração Lavoura-Pecuária”, necessitando ainda de engenheiros florestais para dar suporte técnico às atividades na área florestal. Do mesmo modo, as SEPDAGs nos Estados precisam de técnicos para apoiar os diversos programas sob sua responsabilidade.

Considerando-se a rápida e constante evolução das áreas técnicas sob responsabilidade da equipe, faz-se necessário um maior investimento na qualificação técnica e gerencial dos servidores, bem como maior facilidade na liberação desses técnicos para participação em congressos, seminários e visitações de áreas afins em centros de referência nacionais e internacionais.

A inadimplência de entidades proponentes tem dificultado a realização de convênios de interesse mútuo. A participação de entidades não governamentais na execução do programa se faz mediante convênios e não têm ocorrido dificuldades durante sua implementação.

Tem-se procurado envolver os beneficiários na discussão dos objetivos e metas do programa, adaptando-os, sempre que possível, à demanda das comunidades interessadas. A participação social tem colaborado para os resultados do programa pela demanda específica de áreas com problemas de erosão e degradação e para o atendimento das necessidades de capacitação de técnicos e produtores nas práticas de uso, manejo e conservação do solo e da água. A satisfação dos beneficiários é aferida por meio de questionários ao final dos cursos para avaliar se o conteúdo

atendeu às expectativas dos interessados e como forma de aperfeiçoamento. Considerando-se a importância do programa para a conservação dos recursos naturais, em especial do solo e da água, e para a manutenção da capacidade produtiva agropecuária, é necessário melhor fluxo de recursos financeiros e liberação tempestiva ao longo do período.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O valor correspondente ao limite disponibilizado na ação “Gestão e Administração do Programa” (GAP) e o montante gasto tiveram um aproveitamento de 84%.

Os recursos alocados no GAP permitem o acompanhamento e o monitoramento das ações, principalmente no que concerne às despesas de diárias e deslocamento, bem como despesas outras administrativas.

### **RECOMENDAÇÕES**

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações “Fomento ao Uso de Produtos” e “Organização e Capacitação de Agentes Atuantes”, o órgão setorial deve firmar o entendimento junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto ao resultado do produto físico destas ações.

## MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO

### OBJETIVO

Minimizar os riscos da produção agrícola, decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 102.232.860,00	Empenho Liquidado: R\$ 47.385.886,00 Pago estatais: - Total: R\$ 47.385.886,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE ACERTO NAS PREVISÕES DO TEMPO

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 85,4 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 88

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta.

#### 2. TAXA MÉDIA DE ADESÃO AO SEGURO RURAL

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 51,9 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 30,8

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. O índice mensura apenas a taxa de adesão das operações de custeio agrícola sob amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que é o seguro do governo federal. Como medida corretiva, deve-se ajustar o índice, de forma a mensurar também a adesão do produtor rural ao seguro privado com subvenção ao prêmio.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade agrícola sujeita-se a um conjunto de fatores de risco que independem do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos

climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas.

O zoneamento agrícola auxilia na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, há que se realizar levantamentos meteorológicos e climatológicos com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo. O zoneamento também orienta a contratação de seguro da produção, instrumento relevante para um setor com baixo nível de capitalização e que enfrenta dificuldades para suportar a totalidade dos riscos.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- O alto índice de acerto nas previsões do tempo (85%) contribuiu para minimizar os riscos de perda da produção agrícola, decorrentes da ação de eventos climáticos do agronegócio.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas do programa ficou dentro do previsto. Das 8 ações do programa, 3 não possuem meta física, a saber: “Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural”, “Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)” e “Gestão e Administração do Programa”.

Das que possuem meta física definida, apenas a ação “Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos” não cumpriu a meta, pois foi afetada pelo contingenciamento do orçamento. Como o descontingenciamento ocorreu somente ao final do ano fiscal, só foi possível realizar a aquisição, mas não a instalação das estações. Seria importante que no início do exercício houvesse a completa disponibilidade dos recursos orçamentários, de forma que a aquisição e instalação ocorressem dentro do mesmo ano.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes, porém o contingenciamento prejudicou, em especial, a execução da ação “Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural”, em virtude de o segmento securitário rural possuir um calendário próprio de contratação das apólices de seguro.

A descontinuidade do fluxo de recursos prejudicou o desempenho do programa, principalmente na ação “Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos”, que só apresentará resultado em 2006. A ação “Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas” também foi afetada, uma vez que a maior parte dos recursos financeiros foram liberados somente em novembro de 2005. É necessária uma solução para a questão do contingenciamento a fim de que a execução das ações não seja novamente comprometida.

No tocante à ação “Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural”, as dificuldades ocorreram por atrasos na habilitação das seguradoras, principalmente na obtenção de certidões de regularidade, problema que deve ser contornado neste ano.

A maioria das ações lotadas no Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) atingiram cerca de 100% de execução das metas físicas, obedecendo aos cronogramas financeiros previstos.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O montante de recursos liquidados da ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” foi de 46,25% do valor total de empenho liquidado para o programa.

Observa-se, ainda, que a GAP engloba apenas as despesas administrativas e de infraestrutura referentes ao INMET e aquelas referentes às suas ações.

### **RECOMENDAÇÕES**

- Criar indicador “Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no PROAGRO”.

## PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL

### OBJETIVO

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais, voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 13.524.113,00	Empenho Liquidado: R\$ 13.299.753,0 Pago estatais: - Total: R\$ 13.299.753,0
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 95 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 105

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A baixa tecnificação e organização de estratos do agronegócio tradicional e de pequena escala motivaram a criação do programa. Ao tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto importante de segmentos sociais ligados à atividade, principalmente vinculados à produção agropecuária de base familiar e a comunidades tradicionais, ficaram à margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do país. Embora a questão tecnológica possa ser importante para alguns estratos que compõem esse conjunto, fica evidente que a tecnologia, por si só, não é suficiente para promover a inclusão social de muitos outros estratos, como aqueles não reúnem certas condições básicas de

acesso à terra, de organização, de base técnica e social para criar meios e instrumentos para acessar, processar e utilizar informação técnica, gerar renda e outros meios de vida. Da mesma forma, em termos espaciais, o desenvolvimento do agronegócio do país não foi homogêneo. Surge, portanto, a necessidade de se promover um concerto institucional amplo, que, ao mesmo tempo em que promova a construção das bases sociais necessárias para qualificar esses estratos para alcançar meios de vida, possa potencializar o desenvolvimento territorial como forma de oferecer oportunidades para torná-los sustentáveis do ponto de vista social e econômico.

Um programa estruturante de pesquisa, com o objetivo de ofertar conhecimento necessário para promover a inclusão social, deve incluir componentes fundamentais de pesquisa em ciências sociais e humanas, associadas à pesquisa tecnológica propriamente dita, com ênfase em métodos participativos. Um programa de pesquisa estruturante em suporte ao desenvolvimento rural, inclusão social e meios de vida sustentáveis deve buscar: desenvolver modelos inovadores de organização e associativismo adequados aos vários estratos sociais que compõem esse conjunto, reproduzíveis, de grande efeito multiplicativo; modelos de organização e desenvolvimento territorial, explorando características sociais, culturais, ambientais e econômicas para gerar meios de vida sustentáveis; modelos de agregação de valor, explorando, dentre outros aspectos, a multifuncionalidade do meio rural ou potencial de processamento agroindustrial; modelos e instrumentos de gestão adaptados aos empreendimentos e propriedades de pequeno porte; inovações nos processos de logística e comercialização visando diminuição de custos de transação; intensificação técnico-científica e da inovação nos sistemas de produção; e modelos inovadores de capacitação e transferência de tecnologia, dentre outros. Esse programa de pesquisa, de caráter interinstitucional e transdisciplinar, forneceria os elementos estruturantes para apoiar efetivamente políticas públicas e programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e transferência de tecnologia, visando à inclusão social desse segmento em bases não-emergenciais, pela superação de restrições estruturais de mais longo prazo.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Desenvolvimento de sistema de secagem de produtos vegetais em pequena escala de produção.
- Lançamento da Fazenda Modelo para o pequeno empreendedor agrícola em assentamentos de reforma agrária.
- Desenvolvimento do caju anão precoce e de mudas fruteiras de quintal.
- Levantamento das variedades de palmeiras nativas utilizadas pelos índios Krahô.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O índice de produtividade dos pesquisadores é bastante alto, apesar do fluxo financeiro irregular durante o ano, o qual prejudicou a realização das metas físicas previstas. Os índices estão coerentes com as previsões realizadas. Na execução das ações destacam-se:

- Organização de espaços culturais para atividades de educação ambiental; construção de viveiros de mudas de espécie nativas do cerrado; expedições para coleta e identificação de espécies e recuperação de áreas degradadas; enriquecimento de áreas de cerrado com fruteiras; conscientização da

população nas áreas de cerrado da importância das espécies nativas e da conservação do bioma como um todo.

- Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoio do desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária; estabelecimento de uma rede com estudo de tipos de sistemas de produção e das principais situações edáficas; aquisição de tanque de resfriamento de leite para uso coletivo; e alternativas em processos de recuperação de áreas degradadas, com o uso de leguminosas associadas a microorganismos e integração lavoura/pecuária.
- Desenvolvimento de metodologia de conservação on farm, reintrodução de germoplasma vegetal destinado à alimentação (batata-doce, mandioca e amendoim); implementação de sistemas agroflorestais; estudo de fertilidades de solos; caracterização ambiental, coleta e conservação de mais de 100 acessos de plantas utilizadas na alimentação.

Os projetos de pesquisa financiados no Plano Plurianual (PPA) são avaliados e monitorados pelo Sistema Embrapa de Gestão (SEG) a cada quatro meses.

O fluxo financeiro ao longo do ano foi irregular, mas não impediu a realização das metas físicas, entretanto o atraso prejudicou quantitativamente e qualitativamente a realização da programação. O desempenho das parcerias não-governamentais foi eficiente, pois os parceiros contribuíram com o provimento dos meios necessários para o desenvolvimento das pesquisas e obtenção de resultados.

Por meio da ouvidoria da EMBRAPA, todos os beneficiários do programa podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Desta forma as reuniões com os diferentes grupos de interesse são necessárias para o desenvolvimento das atividades. Além disso, é realizada pesquisa de satisfação do beneficiário.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

### OBJETIVO

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos, necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, qualidade e segurança dos seus produtos e processos.

### PÚBLICO-ALVO

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária e agroindustrial, atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 123.833.231,00	Empenho Liquidado: R\$ 121.670.166,00 Pago estatais: - Total: R\$ 121.670.166,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 95 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 104

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Garantir a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio comercial brasileiro, por meio da incorporação de inovações científicas e tecnológicas que visam a garantir avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento de produtividade dos insumos e recursos, segurança ambiental, inocuidade, entre outros aspectos.

O agronegócio brasileiro, notadamente estratificado em dois segmentos, um de desempenho econômico reconhecido e socialmente integrado e outro de grande importância social, porém pouco ou nada integrado ao sistema econômico, desempenha

papéis importantes no abastecimento do mercado interno de alimentos e matérias-primas, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios, entre outros papéis sociais e econômicos relevantes. Evitar erosão genética dos materiais em produção, avanços de pragas e doenças, aperfeiçoar o manejo e uso de recursos naturais e do ambiente, melhorar desempenhos de sistemas de produção que necessitam estar aliados a avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento da produtividade dos insumos e recursos, de garantia de segurança ambiental e de inocuidade, tudo isso exige a incorporação contínua de inovações na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia, aos sistemas sociais e econômicos. O sistema de produção de conhecimento, pelas suas características próprias, tem um ciclo de produção plurianual, de caráter contínuo, cujo cumprimento é determinado pela natureza do objeto de pesquisa, com produto relativamente intangível, e seus efeitos nos sistemas produtivos se consolidam após períodos relativamente longos de validação e transferência.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Desenvolvimento de uma metodologia com utilização de ressonância magnética nuclear para avaliação de qualidade interna das frutas.
- Elaboração de ferramentas para simulação de crescimento e desenvolvimento do trigo.
- Obtenção do processo de leite de soja hidrossolúvel pasteurizado, aromatizado e não cromatizado, com melhores características sensoriais.
- Processamento de imagens obtidas com câmera digital para determinação da fração de vegetação em parcelas de cana-de-açúcar.
- Pré-validação de métodos e sistemas de detecção de fraude no café torrado e moído.
- Identificações de proteínas animais em rações, possíveis canais de contaminação do Mal da Vaca Louca.
- Desenvolvimento de híbridos de banana resistentes a Sigatoka Negra e ao Mal do Panamá.
- Desenvolvimento de variedades de ervilhas resistentes a doenças no planalto central.
- Lançamento do Capim Pojuca, com características de grande produção de forragem, pouco exigente à fertilização, tolerância a fogo e boa aceitação entre bovinos e eqüinos.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O índice de produtividade dos pesquisadores é bastante alto, apesar do fluxo financeiro irregular, o qual prejudicou a realização das metas físicas. Os índices estão coerentes com as previsões.

Dentre as realizações no programa destacam-se:

- Aplicações de procedimentos para o fracionamento das proteínas presentes em amostras de alimentos animais e elaboração de métodos para determinação alfa-amilase e o NQ antes do processo de germinação.
- Disponibilização da base DRIS para avaliação do equilíbrio nutricional da

soja; mapeamento de seqüências expressas etiquetadas obtidas da pituitária anterior; desenvolvimento do método de refletância a partir do número digital de imagens ETM; uniformidade de imagens landsat para previsão de safras agrícolas como método para padronização de série multitemporal de imagens digitais (RG 90); desenvolvimento e aperfeiçoamento da “Língua Eletrônica”, que permite com precisão e baixo custo avaliar o paladar de vários produtos agrícolas, além de verificar a qualidade da água; proposição de processos de determinação de organoflorados presentes em espécies agrícolas.

- Ganhos na produção e qualidade dos ovos durante a vida das aves, explorando o aumento da variância genética com a idade em ambiente comercial simulado; lançamento do frango de corte nacional Embrapa 021 e do Frango Colonial 04; detecção de circovírus tipo 2 (PCV2) em sêmen de suínos; nova versão da linha intitulada “suíno light” (MS 60); sistema modelo para a criação no semi-árido, que combinam o pasto nativo e cultivado com técnicas para armazenar forragem; desenvolvimento de tecnologias de baixo custo que recuperam pastagens degradadas, tais como recomendações de doses e formas de adubação para as principais forrageiras, lançamentos de cultivares de gramíneas adaptadas a diferentes condições ambientais.
- Lançamento de cultivares de café (Oeiras, Paraíso, Catucaí-Açu, Ouro verde, Robustão) com características superiores às variedades atuais; zoneamento agrícola do milho e do feijão no Rio Grande do Sul; zoneamento de aptidão climática da heveicultura no Brasil; zoneamento agroclimático para as culturas do arroz de terras altas e feijão no Estado de Minas Gerais; obtenção de estirpes de rizóbio para leguminosas florestais - CAPE CPATC57 de *Beauveria bassiana*; manejo da adubação verde com crotalária no consórcio com quiabeiro sob manejo orgânico; lançamento do Algodão BRS Mucuripe CNPA 97.1682; algodão BRS verde; algodão BRS 97.7663; lançamento do híbrido de milho BRS 1001 e do milho BRS 2020; lançamento do Sorgo BRS 506, BRS 800, BRS 701, BRS 700; da soja BRS 239, 240, 241, Candieiro, Guapa, Invernada, Cambona, Querência, Tebana, Torena, Macota, 30, 231, 232; do Feijão Talismã; e da Cenoura Alvorada; Batata BRS Eliza; Tomate Duradoro e Viradoro Finestra; Abóbora Jabras; zoneamento agrícola da cultura de milho no Estado de Alagoas.
- Estudos analíticos sobre a quantificação de estoque e balanço de carbono e emissões de gases de efeito estufa, provenientes de diferentes sistemas de uso da terra no Brasil; identificação parcial de práticas de manejo animal que promovam a redução das emissões de metano, de forma associada à melhoria da eficiência produtiva; e análises do monitoramento sobre cana-de-açúcar e cerrado nas interações.
- A EMBRAPA, em parceria com instituições públicas e privadas, desenvolveu técnicas que melhoram a eficiência técnica e econômica das operações florestais, também chamadas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR); gerou informações sobre a biologia, ecologia, comportamento e técnicas de manejo e criação, além de conduzir um programa de grandes animais no bioma Pantanal, além da realização de um censo aéreo de populações silvestres; desenvolveu metodologia que permite determinar as chances de ocorrerem cheias no pantanal; possibilitou a detecção de contaminações de cadeias alimentares nos rios do pantanal por mercúrio; zoneamento agroecológico do Estado do Rio de Janeiro; zoneamento e recomendação

dos pontos de monitoramento da qualidade físico-química e bacteriológica das águas de superficiais na sub-bacia do Rio Pardo.

Os projetos financiados no Plano Plurianual (PPA) são monitorados e avaliados pelo Sistema Embrapa de Gestão (SEG) a cada quatro meses.

O fluxo financeiro ao longo do ano foi irregular, mas não impediu a realização das metas físicas, entretanto o atraso prejudicou quantitativamente e qualitativamente a realização da programação. O desempenho das parcerias não-governamentais foi eficiente, pois os parceiros contribuíram com o provimento dos meios necessários para o desenvolvimento das pesquisas e obtenção de resultados.

A formulação de propostas de pesquisa e desenvolvimento é fundamentada em consultas aos conselhos setoriais específicos, como por exemplo, o Conselho Assessor Nacional da Embrapa.

O público-alvo foi atendido conforme o previsto e os resultados estão de acordo com as expectativas dos beneficiários. Por meio da ouvidoria da EMBRAPA, todos os beneficiários do programa podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Desta forma as reuniões com os diferentes grupos de interesse são necessárias para o desenvolvimento das atividades. O programa possui mecanismos de participação social com consumidores, agroindústrias e formuladores de políticas. A satisfação dos beneficiários é avaliada por meio da pesquisa de satisfação do cliente adotado pela empresa. No SEG, os projetos são acompanhados e avaliados, podendo a experiência ser estendida à Administração Pública Federal.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

### **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

## QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

### OBJETIVO

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

### PÚBLICO-ALVO

Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 10.470.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 5.677.549,00 Pago estatais: - Total: R\$ 5.677.549,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE IRREGULARIDADE DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 5 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** -

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não há índice previsto ao final do PPA.

#### 2. TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 91 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 96

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média.

#### 3. TAXA DE CONFORMIDADE DE INOCULANTES

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 91 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 99

## **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Média.

### **4. TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS**

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 83 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 96

## **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Média.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O programa visa a garantir a qualidade e conformidade de insumos e serviços agropecuários, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária. A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fatores preponderantes no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aumento de 4% da taxa de conformidade na produção de fertilizantes agrícolas.

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

Ao longo de 2005, mediante as ações do programa, foram:

- registrados 4.344 estabelecimentos, sendo que 3.489 são produtores de sementes e mudas e 855 de fertilizantes.
- registrados 20.842 produtos, sendo 20.183 de fertilizantes e 659 de agrotóxicos e afins (foram contabilizados 21 produtos técnicos, 68 formulados de agrotóxicos, 2 pré-misturas, 492 especiais temporários, 72 exclusivamente para exportação e 3 para uso emergencial).
- protegidas 152 cultivares.
- registradas 836 cultivares.
- credenciados 146 estabelecimentos para o tratamento quarentenário.
- realizadas 36.245 fiscalizações.

Apesar de não ter sido registrado no sistema, o índice de referência apurado para a “Taxa de Conformidade de Agrotóxicos” (nome correto do indicador), e não “Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas” em 31/12/2004 foi de 90%. O índice do indicador, cuja fórmula de cálculo é a relação entre o número de fiscalizações “conformes” (Fc) em relação ao total de fiscalizações realizadas (Fr) multiplicado por 100, apurado em 31/12/2005 foi de 95%, valor equivalente ao esperado ao final do programa em 2007. Convém considerar que a taxa de conformidade do insumo é apurada com base nos resultados de análise laboratorial de material colhido no

processo fiscal. Ela é resultante da divisão do número de ocorrência “conforme” (com os padrões de acordo com o previsto em lei) pelo número total de ocorrências multiplicado por 100. Assim, o seu valor está sujeito a variações ascendentes e descendentes em função do número de fiscalizações realizadas, da regularidade e qualidade com que são feitas e da representatividade dos entes em relação ao universo fiscalizado.

No de 2005 o processo fiscal foi prejudicado por várias razões, sendo a irregularidade do fluxo de recursos e a paralisação de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as duas principais. O que mais influenciou os valores das taxas de conformidade foram a irregularidade e a forma como as fiscalizações foram feitas. O fluxo de recursos foi atípico e apresentou meses de atraso. Em época de regularidade do fluxo de recursos, houve paralisação de Fiscais Federais Agropecuários e de pessoal de apoio. Como o índice tem vinculação com a ocorrência de fiscalizações em relação ao universo a ser fiscalizado, as variações nos índices precisam ser vistas com reserva.

O fator limitante para o atingimento do público-alvo é consequência da inoportunidade na liberação dos recursos orçamentários e financeiros. Isso acontece tanto em relação aos prazos quanto ao espaço geográfico. As ações que compõem o programa cuidam de questões associadas a processos biológicos. Os insumos e os serviços agropecuários têm aplicação em determinadas fases desses processos. Cuidar dessas questões fora dos prazos aceitáveis é perda de tempo e de recursos. Por essas razões é que, com frequência, o público-alvo não é coberto de forma adequada.

Quase todas as ações do programa fiscalizam a produção de insumos, o que significa reprimir a atuação de fraudadores das normas que regulam os diferentes segmentos do mercado. Nesse sentido aqueles que operam legalmente sentem-se satisfeitos com a ação do Estado, entretanto, outros questionam o fato de o Estado não cobrir o universo dos que agem irregularmente.

As fiscalizações sem a oportunidade necessária, ou seja, em pontos de controle correto, não permitem detectar com precisão as irregularidades e seus causadores, o que impossibilita a definição de estratégias de correção e canaliza o processo fiscal para o atendimento de denúncias, que conduz o agente fiscal à atitude punitiva e não contribui para impedir o dano já causado ao consumidor do insumo.

Os recursos alocados ao programa não comportam a realização das despesas previstas. As mudanças ocorridas na legislação relativa aos insumos e serviços agropecuários ampliaram o público-alvo incluindo outros agentes da cadeia do agronegócio, como laboratórios, certificadores (pessoas e entidades), reembaladores e armazenadores. Em decorrência da ampliação do público-alvo, o MAPA desenvolve, por intermédio do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (criado em 2005), trabalhos para conhecer melhor e dimensionar com maior precisão todo o público do programa. Faltam indicadores de 7 das 9 ações e isso prejudica a medição da sua contribuição para o resultado do programa.

O orçamento de algumas ações não considera a receita resultante de arrecadação decorrente de taxas instituídas e constantes de lei. Além disso, ignora-se o fato de que a instituição dessas taxas foi resultado de intensa negociação com o setor

privado, como solução para a escassez de recursos, que impedia a prestação de serviços reclamados. Recursos ingressaram nos cofres do Governo, mas não foram alocados no setor responsável pelos serviços. Assim, o empresariado está pagando por serviços não prestados, desgastando o MAPA e o Governo.

O MAPA já iniciou trabalhos no sentido de redimensionar o público-alvo, adequando-o às mudanças na legislação.

Na composição do orçamento das ações é preciso considerar como receita a arrecadação decorrente de taxas cobradas com previsão em lei. Além disso, é preciso ter abertura para que o gerente do programa, auxiliado pelos coordenadores das ações, negocie parcerias com os segmentos sociais. Deve ficar assegurado que a sociedade terá o retorno em termos dos serviços negociados.

O monitoramento das ações é feito, usando os instrumentos corporativos de acompanhamento, analisando as manifestações de representantes do setor produtivo, apreciando material veiculado pelos meios de comunicação. As dificuldades decorrentes da execução de ações por outro órgão ou secretaria são tratadas no âmbito do planejamento estratégico do MAPA e deverão ser contornados em breve.

As metas físicas das ações são alcançadas, mas não podem ser avaliadas como dentro do previsto, porque a sua qualidade, em alguns casos, fica prejudicada. Um exemplo é o custo das fiscalizações, o outro é o de fiscalizações em função de denúncias apresentadas. Em ambos, a quantidade não significa o atingimento das metas segundo o espírito do programa. Além disso, a fiscalização em função de denúncias tende a levar a punição sem qualquer oportunidade de medida corretiva a danos posteriores.

A execução orçamentária foi baixa, comparada com a dotação, exceto na “Fiscalização de Sementes e Mudanças” e na “Fiscalização de Serviços Agrícolas”, entretanto, se comparada a oportunidades das liberações, as demais ações podem ser consideradas como tendo desempenho satisfatório. Contudo, é preciso ficar claro que em todos os casos, houve perda decorrente da realização de serviços em tempo e local que não eram os mais indicados do ponto de vista da representatividade. O fluxo de recursos financeiros foi irregular e não obedeceu à lógica das ações que integram o programa. Essa lógica exige atitude pontual dos executores na linha de frente e aporte de recursos.

O trabalho fiscal depende de deslocamentos, o que envolve logística de transporte, instrumental de trabalho, combustível, entre outros. Os cortes de recursos impossibilitaram a realização de parcerias com entidades estaduais que necessitam do aporte de financeiro para prestar serviços que o MAPA pode delegar. Equipamentos obsoletos, deficiência de sistemas informatizados de acompanhamento, inexistência de frota de veículo para suporte à ação fiscal e, em alguns casos, transporte inadequado de material tóxico, inexistência de instrumento de trabalho, como GPS e microcomputadores. A liberação do orçamento e da disponibilidade financeira precisa seguir o calendário das atividades agropecuárias.

O quadro de Fiscais Federais Agropecuários é insuficiente para atendimento ao público-alvo, provocando demora na prestação dos serviços solicitados. É

insuficiente também para a realização das fiscalizações que dariam cobertura a uma amostra representativa do universo passível de ser fiscalizado. Há necessidade de treinamento permanente do quadro de pessoal, notadamente dos Fiscais Federais, e de preparação desses quanto ao processo de planejamento e gestão, bem como para entendimento e análise do processo fiscal no contexto do agronegócio.

Há necessidade de se redefinir o perfil do quadro funcional do MAPA, com abertura para ingresso de profissionais com formação nas áreas de administração, informática e recursos humanos. Além disso, é preciso promover um melhor equilíbrio entre profissionais de ciências agrárias e de médicos veterinários, considerando a importância dessas classes para a agropecuária brasileira. Existem casos em que a execução dos serviços depende da concorrência de terceiros e, quase sempre, negocia-se a participação, elabora-se o projeto e esbarra-se em impedimentos legais. Essa situação tem prejudicado acordos, tanto de natureza pública, quanto privada. Apesar disso, conseguiu-se no ano de 2005 firmar uma parceria com a iniciativa privada para o desenvolvimento de um sistema informatizado, o RENASEM. No caso, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) tratou do desenvolvimento de um sistema informatizado para web, que está em processo final de elaboração e será doado ao MAPA. O sistema está previsto em lei, servirá para cadastrar agentes que atuam no Sistema Brasileiro de Sementes e Mudas, e será implantado em todo o País até meados de 2006.

A questão da integração entre a gerência do programa e os coordenadores de ação ocorrem, não por problemas de relacionamento funcional, mas devido ao diminuto tamanho das equipes em relação ao volume de trabalho demandado por órgãos superiores e pelo cliente externo.

Em parceria com a iniciativa privada, a Câmara Setorial de Insumos Agropecuários debate as questões inerentes ao setor e auxilia no encaminhamento de soluções. Além disso, serve de referência para avaliação da satisfação da clientela quanto aos serviços prestados no âmbito das ações, contribuem para a adequação de normativos às atualidades do mercado, ajudam na avaliação quando manifestam a sua satisfação quanto aos serviços recebidos e são agentes de eventuais consultas.

Uma das referências em relação à satisfação dos beneficiários é a sua participação em Câmara Setorial que, de outra forma, é a compilação de manifestações escritas e consultas não-formais feitas a representantes de segmentos do setor de insumos e serviços agropecuários.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

## RECOMENDAÇÕES

- Alterar o indicador “Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas” para “Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas”.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações de Fiscalização, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

## SEGURANÇA FITOZOOSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

### OBJETIVO

Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária.

### PÚBLICO-ALVO

Produtores e comerciantes de produtos agropecuários.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 28.699.907,00	Empenho Liquidado: R\$ 13.227.626,00 Pago estatais: - Total: R\$ 13.227.626,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE CONFORMIDADE NO CONTROLE DE FRONTEIRAS

Unidade de medida: Percentagem  
 Último índice apurado: 92 em 2005  
 Índice previsto ao final do PPA: 95

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação da inspeção de permissões de trânsito de produtos agropecuários em 3%.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Ao longo do exercício foram realizadas no âmbito do programa:

- Inspeção de 4.304.872 partidas no trânsito interestadual e internacional de produtos e insumos agropecuários.
- Reestruturação administrativa do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, com a criação de Serviço de Gestão da Vigilância nas 27 Superintendências Federais de Agricultura nos Estados e a oficialização das 113 unidades de fiscalização nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.
- Aquisição de equipamentos de informática, de escritório e de apoio à fiscalização do trânsito internacional, o que conferiu maior agilidade e rapidez na troca de informações.
- Realização de 16 auditorias técnico-operacionais nas unidades da vigilância agropecuária internacional.
- Realização de campanha de educação sanitária voltada para os passageiros de vôos internacionais.
- Articulação com os diversos órgãos envolvidos na fiscalização do trânsito internacional para a edição de normas conjuntas.
- Capacitação de Fiscais Federais Agropecuários com atuação na vigilância agropecuária internacional.

Apesar das limitações orçamentárias e da inadequação de recursos humanos e infraestrutura, o programa atingiu os resultados esperados.

Os produtores e comerciantes de produtos agropecuários são atendidos por demanda à fiscalização do trânsito de produtos e insumos agropecuários, viabilizando o comércio, bem como a garantia sanitária e de qualidade. Além disso, os consumidores são beneficiados com a segurança no consumo de produtos e insumos agropecuários fiscalizados, o que confere qualidade e salubridade aos mesmos.

O indicador do programa é subjetivo mas não foi encontrada alternativa plausível. Para o acompanhamento das ações, o ministério dispõe do sistema SIPLAN, em que os coordenadores estaduais das ações alimentam os dados sobre o desempenho físico, que podem ser criticados pelos coordenadores nacionais. É prevista atualização mensal dos dados no sistema, com a informação sobre o número de partidas inspecionadas por ação, além de comentários que permitem avaliação mais abrangente sobre o seu desempenho.

A inadequação na capacitação dos coordenadores estaduais, associada à grande demanda de trabalho, comprometeu o acompanhamento das ações, entretanto, o SIPLAN ofereceu recursos para um monitoramento satisfatório.

Considerando-se que as metas físicas são compostas por partidas inspecionadas no trânsito de produtos e insumos agropecuários e que isso ocorre por demanda dos setores produtivos e comerciais, as previsões de inspeções são elaboradas com base nos dados dos exercícios anteriores e em expectativas comerciais. A diferença entre a meta física prevista nas ações e o que efetivamente foi realizado é justificada, via de regra, por fatores que interferem nas tendências de mercado, como questões sanitárias, climáticas e taxas cambiais.

A infra-estrutura para as ações de fiscalização do trânsito interestadual e internacional de produtos e insumos agropecuários é extremamente deficitária, o que, inclusive, compromete a segurança alimentar e a salubridade agropecuária nacional. Os recursos previstos no orçamento não são suficientes para aparelhar satisfatoriamente o sistema de vigilância agropecuária. Surpreendentemente, os recursos previstos são contingenciados, comprometendo ainda mais a efetividade das ações e a realização dos investimentos requeridos. Não é levado em consideração que o risco de ingresso e a disseminação de pragas vegetais ou de enfermidades animais pode provocar sérios impactos sociais (empregos), ambientais (uso de agrotóxicos e medicamentos veterinários) e econômicos (elevação do custo de produção, redução na produção agropecuária e fechamento de mercados internacionais - barreiras sanitárias). Adicionalmente, a ineficiência no desempenho das ações pode comprometer a segurança alimentar e a saúde dos consumidores por eventuais falhas na fiscalização da qualidade dos produtos e insumos comercializados. Os prejuízos eventualmente gerados pelo ingresso ou disseminação de pragas e doenças agropecuárias seriam altos.

A liberação dos recursos não ocorreu conforme previsto, comprometendo os investimentos e o desempenho das ações. Via de regra, boa parte do orçamento é liberada no final do exercício, inviabilizando os procedimentos administrativos para sua correta utilização. O montante de recurso previsto para utilização no programa foi insuficiente, considerando que os recursos programados pela Secretaria Executiva destinavam-se a atender demandas de informatização que extrapolavam o âmbito do programa.

Não há orçamento suficiente para atender às demandas por recursos materiais nas unidades da vigilância agropecuária internacional e nos serviços de gestão nas superintendências. São insuficientes para disponibilizar a infra-estrutura adequada para a fiscalização do trânsito internacional, como instalações laboratoriais compatíveis, equipamentos de proteção individual, instalações administrativas, informatização e veículos. Os Estados, em sua maioria, não dispõem das condições financeiras para disponibilização dos recursos materiais necessários para as ações de vigilância interestadual. Para tanto, faltam barreiras interestaduais e equipamentos de apoio. Deveriam ser instituídas taxas sobre as ações fiscais demandadas, que poderiam ser revertidas para complementação do financiamento do programa e proporcionariam receitas ao sistema de fiscalização. O assunto extrapola o âmbito do programa e está sendo tratado pela Secretaria Executiva, que poderá prever, em projeto de lei, o restabelecimento da cobrança de taxas.

Tanto para as ações de fiscalização do trânsito internacional (Fiscais Federais Agropecuários e Técnicos de Nível Médio do Ministério), como para as ações de fiscalização do trânsito interestadual (Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários e Técnicos de Nível Médio dos Estados), as equipes são insuficientes, comprometendo a eficácia das ações do programa. São necessárias atividades de qualificação e atualização para as equipes fiscais do ministério e dos Estados.

A insuficiência orçamentária e a inadequação dos recursos humanos comprometem a realização de treinamentos. Os recursos previstos já eram insuficientes e isto foi agravado com o contingenciamento, prejudicando as ações. Os recursos só tiveram liberação regular a partir do segundo quadrimestre, e aqueles destinados para investimento no trânsito internacional, inicialmente programados para junho, só

foram liberados em agosto. O atraso na liberação dos recursos prejudicou a realização de licitações nas superintendências e também a celebração de convênios e termos aditivos com os Estados para execução das atividades do trânsito interestadual.

Como a gerência não recebeu as informações relativas à ação “Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais”, a avaliação dos convênios com os Estados para execução das atividades de controle do trânsito interestadual de vegetais ficou prejudicada.

No âmbito do ministério existe a ouvidoria, que recebe demandas da sociedade e as repassa aos gestores das ações para atendimento. São realizadas atividades de supervisão e auditoria técnico-operacional de caráter regular no acompanhamento das ações.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O programa foi avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2005.

A programação da ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” foi realizada pela Secretaria Executiva. A totalidade dos recursos programados destinar-se-iam a custeio de informatização, mas não foram utilizados no programa. Dessa forma, a ação não teve desempenho no exercício, embora reconhecida a sua importância para o gerenciamento do programa.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações de vigilância fitozoossanitária no trânsito de produtos agropecuários, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, a fim de evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

## SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

### OBJETIVO

Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.

### PÚBLICO-ALVO

Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor final.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 42.847.898,00	Empenho Liquidado: R\$ 30.880.829,00 Pago estatais: - Total: R\$ 30.880.829,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS COM CONTROLE SANITÁRIO

Unidade de medida: Unidade  
 Último índice apurado: 3.690 em 2005  
 Índice previsto ao final do PPA: 3.800

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. A ligeira diferença entre o índice apurado em 2005 e o previsto ao final do PPA sugere que a meta será atingida.

#### 2. TAXA DE CONFORMIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Unidade de medida: Percentagem  
 Último índice apurado: -  
 Índice previsto ao final do PPA: -

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Índice não apurado. Desde 2004 estes valores não foram apurados.

### 3. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE (APPCC)

**Unidade de medida:** Unidade

**Último índice apurado:** 300

**Índice previsto ao final do PPA:** 300

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Alta. O índice apurado em 2005 supera em 20% o índice de referência. Além disso, espera-se que o índice supere o previsto para o final do PPA.

#### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é fundamental para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando as regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente de agricultura.

Ressalta-se, ainda, a influência e interação com outras áreas e atividades, como melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

O programa visa a atacar os problemas de risco à saúde humana, pela contaminação de produtos de origem agropecuária, e ao mercado, pela fraude e ausência de qualidade e conformidade.

#### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Crescimento de 20% no número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário (300) em relação ao índice inicial do PPA (250).

#### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

Apesar de os indicadores atuais refletirem adequadamente os resultados quantitativos do programa, eles deverão ser fundamentados em estatísticas e análise de riscos para serem melhor substanciados em uma próxima oportunidade de revisão. Além disso, os produtos devem incorporar um componente da qualidade da implementação das ações. Alguns produtos devem ser revistos, como, por exemplo, o número de estabelecimentos inspecionados/fiscalizados e o nível de adequação dos estabelecimentos após inspeção fiscal ou ação de treinamento. Por fim, os produtos de transferência de tecnologia devem ser revistos à luz das peculiaridades deste processo.

O contingenciamento de recursos e a pouca clareza em relação às políticas de disponibilização efetiva de recursos dentro dos prazos requeridos dificultou o trabalho dos gerentes, dos coordenadores de ação, dos responsáveis técnicos e dos executores operacionais. Houve dificuldade em planejar a execução, tendo em vista os constantes atrasos na liberação dos recursos.

Este programa é extenso e poderia ser dividido em programas objetivos, como área animal e área vegetal, mas garantindo sua integração, a qual seria aferida a partir de projetos em cooperação, benefícios múltiplos, usuários múltiplos, transversalidade na cadeia produtiva, dentre outros.

A periodicidade de monitoramento é mensal, embora algumas ações, principalmente na área animal, estejam associadas a dificuldades muito maiores de monitoramento constante, devido à estrutura verticalizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O desempenho físico das ações foi efetuado de forma limitada pela gerência-executiva, mas em escala substancialmente menor pela gerência. A comunicação e o trânsito de informações no MAPA ainda são objeto de dificuldades extremas, somadas ao ritmo de trabalho pouco planejado imposto ao gerente do programa. Ainda assim, as informações de execução são obtidas periodicamente e problemas críticos são imediatamente corrigidos. A arquitetura horizontalizada do MAPA favoreceria uma gestão por processo, uma necessidade deste programa.

Apesar de a execução programada não ter sido interrompida, houve transtornos consideráveis durante todo o trabalho. Os problemas poderiam ter sido facilmente evitados com a melhoria dos processos de planejamento e a devida valoração das atividades de defesa por tomadores de decisão externos ao MAPA.

Apesar do alto nível de experiência das equipes, são necessários treinamentos para a adequada execução operacional do programa.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” apresentou baixa execução financeira. O valor empenhado liquidado reflete cerca de 50% da execução do orçamento disponível. Foram comprometidos mais de 99% dos recursos que seriam destinados ao pagamento de serviços terceirizados de informática. Todavia, foi possível cobrir despesas relativas: a passagens, diárias, pagamento de estagiários e aluguel, possibilitando a manutenção de atividades do programa; a participação no Codex Alimentarius (reuniões para discussão de projetos críticos, palestras de informação e sensibilização), o que permitiu a obtenção de informações necessárias à consecução do programa; e a mão-de-obra para ações operacionais e de apoio.

### **RECOMENDAÇÕES**

- Melhorar a comunicação e o trânsito de informações entre os órgãos do MAPA.
- Inclusão do indicador “Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal”.
- Tempestividade na liberação de recursos.